



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**LARISSA SILVA BARROS**

**QUEM BATE NA MULHER MACHUCA A FAMÍLIA INTEIRA: VIOLÊNCIA DE  
GÊNERO A PARTIR DE NARRATIVAS DE UMA FAMÍLIA**

**FORTALEZA- CE**  
**2015**

LARISSA SILVA BARROS

QUEM BATE NA MULHER MACHUCA A FAMÍLIA INTEIRA: VIOLÊNCIA DE  
GÊNERO A PARTIR DE NARRATIVAS DE UMA FAMÍLIA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Idilva Maria Pires Germano.

FORTALEZA- CE

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

B279q

Barros, Larissa Silva.

Quem bate na mulher machuca a família inteira : violência de gênero a partir de narrativas de uma família / Larissa Silva Barros. – 2015.

88 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Narrativas e gênero.

Orientação: Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano.

1.Violência contra as mulheres – Fortaleza(CE). 2.Identidade de gênero – Fortaleza(CE).  
3.Violência familiar – Fortaleza(CE). 4.Violência – Fortaleza(CE) – Aspectos psicológicos.  
5.Narrativas pessoais. I. Título.

---

CDD 362.8292098131

LARISSA SILVA BARROS

QUEM BATE NA MULHER MACHUCA A FAMÍLIA INTEIRA: VIOLÊNCIA DE  
GÊNERO A PARTIR DE NARRATIVAS DE UMA FAMÍLIA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra Maria do Socorro Ferreira Osterne  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Profa. Dra Renata Maria Coimbra Libório  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

---

Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo seu amor e providência, por ser o grande autor da minha vida.

A minha mãe, pelo apoio, amor constante, dedicação e suporte de uma vida inteira.

Ao meu pai, por ser o apoio nas minhas decisões, pela sua dedicação para o meu crescimento como pessoa e como profissional.

Aos meus irmãos Lidianne, Christiano e Everardo Filho, por todo amor e companheirismo que inspiram em mim.

Ao Augusto César, meu namorado, pelas palavras de conforto, por ser companheiro de todas as horas de angustias e alegrias.

As minhas grandes amigas Emanuelle Menezes e Paula Nayra, presenças fortes em minha vida e na constituição de quem eu sou hoje, por terem acompanhado essa e tantas outras fases e momentos decisivos.

As maravilhosas amigas que o mestrado me proporcionou, Bárbara e Rachel, por me ajudarem com tantas conversações, tendo partilhado comigo histórias, risadas e angústias.

Aos meus muitos amigos que me proporcionaram momentos de alegria e descontração em meio às angustias do mestrado, Paulo Sergio, Heytor, Alline, Allana.

A minha maravilhosa orientadora Idilva, pela orientação da vida e do mestrado, pelo entusiasmo, carisma e pela infinita paciência, compreensão e doçura, até mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao Helder, secretário do mestrado, por toda disponibilidade, dedicação e paciência.

A CAPES, pelo apoio financeiro que permitiu a realização da pesquisa.

Ao Mestrado de Psicologia da UFC, por ter me permitido esta experiência de crescimento teórico e vivencial.

*“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos” (Isaac Newton)*

## RESUMO

Esta pesquisa busca investigar a forma como membros de uma família, no contexto de violência de gênero, contam sua história e significam a violência vivenciada. Busca identificar os valores, tradições que estão envolvidos nas narrativas da família, que podem estimular ou facilitar uma cultura de violência na mesma. Pretende-se também analisar o processo de transmissão geracional da violência de gênero e discutir a construção de gênero nos membros e a sua relação com a violência. Para tanto, foram entrevistados, por meio da técnica da entrevista narrativa, quatro membros de uma família em contexto de violência de gênero. Em relação aos filhos do casal, foi acrescentado o uso de material lúdico (massa de modelar ou bonecos) para facilitar o processo de elaboração de suas narrativas. As perspectivas teóricas que emolduraram essa pesquisa foram: narrativista amparada nos estudos de Jerome Bruner, que propõe que as histórias narradas dão pistas sobre as regras culturais que orientam as interações sociais e para o modo como estas se definem em termos identitários; a segunda abordagem decorre dos estudos de gênero, com ênfase na base relacional e construída a partir dos fenômenos psicossociais e das negociações através das conversações. A partir das narrativas dos quatro membros da família, observou-se que cada um contou a sua história, revelando valores, tradições e representações de gênero. A narrativa assumiu um lugar de justificativa das ações e manejo da autoimagem, especialmente para o casal da família, com seleção de fatos e omissão de outros para manter uma autoimagem favorável. Referindo-se à construção de gênero, pode-se afirmar que estes vivem os conflitos da passagem de um velho padrão de masculinidade e feminilidade para uma nova configuração mais flexível e simétrica. Deste modo, estes sinalizam que exerciam em sua relação uma variância de poder, não havendo uma relação estática ou determinista de subordinação/dominação por parte da mulher, nem por parte do homem. Em relação à construção de gênero nos filhos temos evidência de que eles se valem de padrões de gênero dominantes e papéis de masculinidade e feminilidade tradicionais construídas no processo de socialização primária, principalmente na família. Foi possível acompanhar nas narrativas que as gerações anteriores transmitem práticas e discursos em relação ao masculino e feminino, sendo significadas de formas diferenciadas. No caso da mãe da família, esta aderiu a uma posição de combate à submissão e o pai da família não assumiu uma postura de combate aos valores machistas. A forma agressiva e ríspida do seu pai contribui para este reproduzir visões tradicionais sobre o masculino e feminino.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Gênero. Narrativa. Família. Poder

## ABSTRACT

This research is an focused study about how members of a family in a gender violence context tell their stories and how they mean the experienced violence in order to identify in their narratives values, traditions and practices which can stimulate or facilitate violence culture inside this family. This research also intended to analyze the intergenerational transmission process of gender violence and to discuss the construction of gender and relationships with violence in these family members. To this end, we interviewed, through the narrative interview technique, four members of a family in a gender violence context. For the children was added the use of recreational materials (modeling clay or puppets) to facilitate them to develop their narratives. The theoretical perspectives that framed this research were narrativist supported in studies of Jerome Bruner who proposes that the narrated stories give clues about the cultural rules that guide social interactions and how these are defined in terms of identity. The second approach used in this research stems from gender studies, emphasizing the relational database built from the psychosocial phenomena and negotiations through dialogues. It was observed from the narratives of the four family members, that each one of them told their own story revealing values, traditions and gender representations. The story took a place of justification of actions and management of self-image, especially for the parents, selecting facts and omitting others to preserve a positive self-image. Referring to the construction of gender, it can be said that they live conflicts of the passage of an old pattern of masculinity and femininity to a new more flexible and symmetrical configuration. Thus, these facts indicate that there was a variance of power where there is no static or deterministic relationship of subordination /domination by women, nor by man. Regarding the construction of gender in children, we found evidence that they rely dominant gender patterns and traditional masculinity and femininity roles constructed in the primary socialization process, especially in the family. It can be observed in the narratives that previous generations transmit practices and discourses in relation to masculine and feminine that can be meant in different ways. In the case of the mother, she has adhered to a position against submission and the father has not taken a stance to combat or avoid macho values. In fact, the father's aggressive and rude hang contributes to the reproduction of traditional views about the male/female relation.

**Keywords:** Gender violence. Gender. Narrative. Family. Power.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 O PONTO DE PARTIDA: ADOTANDO A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE NARRATIVAS NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO INTRAFAMILIAR</b> .....	15
<b>2.1 Fundamentação teórica dos estudos de narrativas</b> .....	15
<b>2.2 A família em questão</b> .....	19
<b>2.2.1 Transmissão Geracional</b> .....	21
<b>2.2.2 A construção da Família</b> .....	23
<b>2.3 Violência de Gênero em Questão</b> .....	26
<b>3 QUADRO TEORICO-METOLÓGICO: O CAMINHO PERCORRIDO</b> .....	29
<b>3.1 O tipo de pesquisa</b> .....	29
<b>3.2 O lócus da pesquisa</b> .....	30
<b>3.3 Sujeitos da pesquisa</b> .....	32
<b>3.4 Instrumentos utilizados - A Entrevista Narrativa</b> .....	33
<b>3.5 Procedimentos de análise do corpus da pesquisa</b> .....	35
<b>4 RESULTADOS DA ANÁLISE DAS NARRATIVAS E DISCUSSÃO</b> .....	38
<b>4.1 A narrativa da mulher</b> .....	38
<b>4.2 A narrativa do homem</b> .....	53
<b>4.3 As narrativas dos filhos</b> .....	61
<b>4.4 A narrativa familiar</b> .....	70
<b>5 O PONTO DE CHEGADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	73
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	79
<b>ANEXOS</b> .....	85

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de uma inquietação pessoal a respeito da problemática da violência de gênero. O interesse na presente temática surgiu, a princípio, ainda durante a graduação do curso de Psicologia, por ocasião de um estágio em um escritório jurídico, na qual tinha como função realizar atendimentos psicológicos de pessoas que buscavam resolver suas questões jurídicas, tais como pensão alimentícia e divórcio. O escritório recebia muitos casos de violência de gênero, deste modo, pude aproximar-me bastante da temática. Ao longo da prática exercida, deparei-me com mulheres que procuravam o serviço do escritório para divórcio, em razão da violência e maus tratos sofridos nas suas relações conjugais. É interessante destacar que muitas destas buscavam o divórcio somente depois de bastante tempo sofrendo agressões de seus companheiros. Este fato sugere que essas mulheres estavam, realmente, sujeitas a uma relação que, via de regra, causava sofrimento e humilhação. Ao observar esta submissão das mulheres com a situação cotidiana de violência, percebi a necessidade de investigações nesta área.

Já graduada em Psicologia, pude conhecer diversos projetos sociais e instituições voltadas para a temática. Percebi que a maioria das instituições visava atender a mulher vítima de violência de gênero, ou seja, não existem instituições que se voltam para o atendimento do homem agressor, com o objetivo de trabalhar com o conteúdo de gênero masculino e buscar novos padrões de relações de gênero, como também transformando essa cultura de violência. Também percebi que tais instituições não visavam o atendimento da família de modo geral, concentrando-se na escuta da mulher vítima da agressão e deixando de lado a escuta do homem agressor e da criança, do adolescente e dos jovens adultos que assistem e vivenciam a cultura de violência no próprio lar, obtendo assim uma visão reduzida do fenômeno da violência de gênero.

A temática da violência doméstica vem adquirindo visibilidade social e se tornando um assunto de grande relevância, resultando em vasta produção bibliográfica e eventos internacionais para seu combate (SAFFIOTI, 1996, 1999; NARVAZ, 2005; NARVAZ & KOLLER, 2006; GÓMEZ ETAYO, 2011; OSTERNE, 2011). No Brasil, a violência doméstica tomou lugar de problemática científica e objeto de intervenções na saúde pública a partir de 1970, com a ascensão do movimento feminista. Sarti (2004, p. 37) aponta que, um dos fatores que contribuíram para a ascensão foi o fato de a ONU ter declarado, em 1975, o ano internacional da mulher em virtude do impacto do feminismo europeu e norte-

americano, como também o fato de haver “mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país, pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero.”

A criação da Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, apelidada de “Lei Maria da Penha”, foi considerada um marco, pois se passou a discutir bem mais sobre a temática. A Lei estabelece punições mais severas, tais como: medida criminal para o agressor, medida de proteção da integridade física e dos direitos da mulher e medidas de prevenção e educação, compreendidas como necessárias para coibir a reprodução social da violência doméstica e discriminação de gênero. Para tanto, a Lei dispõe da criação de juizados especialmente voltados à proteção da mulher e coibição da violência doméstica, oferecendo medidas de assistência à mesma (PASINATO, 2010).

A partir das lutas feministas, e no contexto de amplas transformações da sociedade brasileira, a “Lei Maria da Penha” surgiu com o propósito de transformar significativamente as relações de gênero no país, não somente coibindo a violência contra a mulher com medidas concretas, mas também oferecendo novas condições para homens e mulheres compreenderem as situações de violência em que vivem. Mesmo a lei tendo sido considerada um marco, nota-se que ela ainda apresenta diversas falhas na sua aplicação e eficácia. Anos após a criação a Lei, um relatório recente assinala que o Brasil ocupa o 7º lugar em relação à taxa de homicídio feminino entre 84 países, com 4,4 assassinatos por 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2012). Em dados atualizados, os homicídios de mulheres no ano de 2010 representaram um aumento de 230% em relação a 1980. Quase 72% das agressões registradas no SINAM (Sistema de Informação de Agravos de Notificação, sistema do Ministério da Saúde que registra violência doméstica, sexual e outras de maior gravidade) ocorre na residência da mulher e, no intervalo entre 20 e 59 anos, predominam como seus agressores o cônjuge ou parceiro. Considerando que tais registros refletem apenas os casos mais graves que exigiram atendimento no SUS, pode-se estimar um número muito maior de agressões diárias contra mulheres que passam despercebidas e subnotificadas.

Este estudo trata conceito de violência de gênero, considerando-o, segundo a proposta da ONU de 1995, como todo ato de violência sexista que possa resultar dano físico, sexual ou psíquico, incluindo as ameaças, as coerções, a privação arbitrária de liberdade, que ocorre na vida pública ou privada. Saffioti (1996) define violência de gênero como a violência causada pelo gênero considerado mais dominante. Expressa uma forma particular da violência que está relacionada com a ordem patriarcal que dá aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres. No artigo 7º da Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, conceitua-

se violência de gênero como violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

Assim, esta pesquisa busca realizar o estudo sobre violência de gênero, pretende-se estudá-la no contexto familiar, em virtude do interesse despertado na clínica psicológica. Ao atender família, também julguei como importante o estudo da violência de gênero no contexto familiar. Deve-se partir do pressuposto de que, para todo agressor, existe uma pessoa agredida e um contexto familiar circundante, dotado de valores e costumes que tem grande influência nos significados e práticas que envolvem violência no interior da família. Consideramos, assim, a família como um agrupamento de pessoas que, por sua longa duração e nível de interrelação, pode ser vista como um sistema, que desenvolve modelos e padrões de crenças e tradições próprios (SETTON, 2008).

Um sistema é um complexo de elementos em interação, ou um todo organizado, ou ainda partes que interagem entre si formando esse todo complexo e unitário, como já dizia Von Bertalanffy (1968). Entende-se, assim que o estudo da violência de gênero se dá de forma mais completa quando se busca compreender o todo complexo que a envolve, a família como esse lugar de interação, em que cada membro do sistema influencia os outros. Em outras palavras entende-se que, ao estudar qualquer fenômeno, deve-se levar em consideração que os indivíduos só podem ser compreendidos nos contextos interacionais nos quais funcionam.

As narrativas contadas pelos membros da família tem o papel de transmitir valores e crenças. Grandesso (2006) assinala que as conversações em família garantem a transmissão de tradições, valores, padrões, mitos e rituais próprios de cada cultura familiar, criando uma identidade em constante movimento. Evidentemente, essas narrativas familiares estão inseridas num contexto maior da rede social e cultural, em que se criam sentidos de pertencimento, preservação e transmissão de valores, definindo rituais e costumes que estruturam as histórias que a família vive (SETTON, 2008).

As histórias são construídas entre os integrantes da família por gestos, palavras e expressões ou até mesmo pelo silêncio, construindo uma rede de crenças compartilhadas e ressignificadas em diferentes contextos da vida. Sarti (2003) afirma que cada família organiza sua história numa narrativa oficial, construindo os significados para as suas experiências. Tratando-se de um grupo de pessoas que se relaciona intensamente, a família compartilha significados que estão organizados em narrativas e seus membros “expressam não só a noção de si mesmo para cada pessoa, mas também o sentido de pertencimento a uma determinada

família, as noções de parentesco, transmitem e preservam valores, definem os rituais de conexão, celebração e constituição”. (CERVENY, 2000, p. 16)

Esta pesquisa busca, então, investigar a forma como membros de uma família no contexto de violência de gênero contam sua história e significam a violência vivenciada. Na tentativa de identificar os valores, tradições que estão envolvidos nas narrativas de seus membros, ao buscar identificar como podem estimular ou facilitar uma cultura de violência na família. Busca-se também analisar o processo de transmissão geracional da violência de gênero na família, além de discutir a construção de gênero nos membros e a sua relação com a violência.

Esta pesquisa procura responder então algumas questões teóricas em relação à violência de gênero na família: como se dá a construção do masculino e do feminino? Quais valores, mitos, rituais presentes nas narrativas dos membros do grupo familiar culminam ou facilitam para que haja a violência? Como se dá o processo de transmissão geracional da violência de gênero?

Tem-se como base teórica e metodológica a Psicologia Narrativa, um campo transdisciplinar que emerge da descrença numa psicologia orientada para o “processamento de informações” e que abraça suas raízes hermenêuticas, orientando-se para a cultura e para os processos de significação. A Psicologia Narrativa é um termo que reúne diversos tipos de estudos interessados na natureza narrativa da experiência humana. Teóricos como Theodore Sarbin (1986), Donald Polkinghorne (1988), Jerome Bruner (1987, 1997), Brockmeier e Harré (2003) e outros assumem a narrativa como nova metáfora de base (*root metaphor*) para as Ciências humanas. Theodore Sarbin, em 1986, iniciou o termo “psicologia narrativa”, sendo que o termo foi utilizado para referir-se à natureza narrativa da ação humana, como também para reunir os teóricos interessados na produção, narração e compreensão de histórias (GERMANO, 2008). A narrativa supera outras metáforas já utilizadas nos modelos teóricos, nos estudos da subjetividade, especialmente a da máquina, originária de visões mecanicistas e organicistas acerca do objeto psicológico.

O paradigma narrativo tem como premissas a escolha da metáfora narrativa para os estudos psicológicos e a ênfase na produção e na compreensão do significado. Em outras palavras, a narrativa é um subsídio importante para acessar o modo como as pessoas tornam compreensível o seu mundo social, incluindo a si mesmas, sendo, assim, um modelo promissor para o estudo dos fenômenos psicossociais. Permite ao pesquisador explorar, não apenas os fatos e acontecimentos, mas também os sentimentos e experiências biográficas. Ao contar suas histórias, as pessoas constroem suas identidades, articulam suas experiências e

lhes dão sentido. A narrativa não apenas representa o mundo, ela é vista do ponto de vista “ontológico”, como forma de construir realidades: “nós ativamente construímos o mundo através de narrativas e também vivemos através das histórias contadas por outros e por nós mesmos” (MURRAY, 2008, p. 112).

Os teóricos da psicologia narrativa partem do pressuposto de que

[...] o problema do entendimento dos padrões dinâmicos do comportamento humano parece estar mais próximo de uma solução através dos estudos da narrativa [...]. Acredita-se que o interesse pela narrativa nas ciências humanas vem da compreensão de que ‘estória, tanto oral como escrita, constitui um parâmetro linguístico, psicológico cultural e filosófico fundamental para a nossa tentativa de explicar a natureza e as condições de nossa existência’. (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p. 1)

Crescemos e nos relacionamos com o outro a partir de narrativas. Estamos sempre narrando fatos de outrora, presentificando-os e dando a eles novos sentidos. Narramos, muitas vezes, para compreender situações que fogem de um padrão esperado. Ao narrar “escolhemos” cenas, personagens, cenários, ações e motivações articulando-as para conferir sentido às coisas, aos outros e a nós mesmos. O gênero narrativo assume diversas formas, tais como fábulas, mitos, desculpas, memórias, conselhos, contos de fadas, entre outros (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006).

O conceito de narrativa não é simples, pois varia conforme as molduras epistemológicas e teórico-metodológicas nas diversas disciplinas e subdisciplinas que o utilizam. Nesta pesquisa, compreendendo algumas concepções de autores clássicos, compreende-se narrativa como “modo de pensamento” e um tipo de texto mediante o qual as pessoas interpretam o mundo e a si mesmas. As pessoas não lidam com o mundo evento por evento ou sentença por sentença. Elas esquematizam eventos e sentenças em estruturas maiores em formato de narrativas (BRUNER, 1997, p. 60).

Bruner (1997) propõe que as histórias contadas pelas pessoas dão pistas sobre as regras culturais que orientam as interações sociais e para o modo como as pessoas e coletividades se definem em termos identitários. Nas linhagens construtivistas e construcionistas sociais, as narrativas são entendidas como constructos ou versões cultural e historicamente contingentes. Como ações sociais, as narrativas produzem efeitos, construindo realidades díspares que coexistem harmonicamente ou em conflito, conforme se dão as negociações na arena social. Nesse sentido, as narrativas também são marcadas por poder, controle e dominação - bem como resistência - que podem surgir através de contranarrativas contestatórias de narrativas-mestras. (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006).

No estudo da violência de gênero, essa abordagem pode contribuir para a compreensão dos modos de significação dos sujeitos que estão no contexto da violência. Nesse sentido, acreditamos que, mediante o estudo das narrativas, é possível compreender os modos de significar o feminino/masculino, os papéis sexuais e transgeracionais familiares, casamento e conflito que são construídos e negociados na interação social. Tais modos de significação, articulados por narrativas pessoais e culturalmente disponíveis, orientam a ação dos sujeitos, podendo contribuir ou não para a manutenção e reprodução da violência de gênero.

Essa pesquisa tem a proposta de realizar uma interpretação narrativa acerca do gênero (a constituição social do feminino e do masculino), a violência de gênero (o masculino que agride o feminino ou feminilizado) e a transmissão geracional familiar, que diz respeito aos padrões interacionais familiares que são repassados e repetidos ao longo das gerações, de uma família que está no contexto de violência de gênero, a partir das histórias contadas por seus membros. (RIBEIRO; BAREICHA, 2008).

Pretende-se, assim, compreender como os homens agressores, as mulheres agredidas e outros membros da família envolvidos na violência de gênero narram e significam tais experiências de conflito e agressão, esperando encontrar, nessas trajetórias, elementos mais detalhados que ajudem a compreender a violência de gênero.

Pretende-se nessa pesquisa estudar a violência de gênero através do método biográfico-narrativo, “centrado na experiência e culturalmente orientado”, definição dada por Andrews, Squire & Tamboukou (2008), que consiste em uma abordagem da narrativa que está associada aos trabalhos de Ricouer, Bruner e outros que consideram a narrativa como a forma humana fundamental de dar sentido às coisas. A narrativa tem, entre suas características, a dimensão temporal (sequencialidade) e a “dotação de sentido” (*meaningfulness*), como também tem a função de reconstruir a experiência e expressá-la, podendo também exprimir transformação e mudança (GERMANO; VALENTIM, 2012).

A pesquisa com base narrativa parte do pressuposto de que todas as pessoas constroem sentido e significado das experiências mediante narrativas (BRUNER, 1997). No estudo da violência de gênero, essa abordagem pode contribuir para a compreensão dos modos de significação dos sujeitos que estão no contexto da violência.

A abordagem narrativa, com suas multifacetadas, é um campo teórico-metodológico amplo e variante que focaliza o estudo não apenas das histórias contadas e de como elas são estruturadas, mas visa também compreender como essas são produzidas e consumidas, em que contextos e principalmente como são silenciadas, contestadas ou aceitas (ANDREWS;

SQUIRE; TAMBOUKOU, 2008).

Esta pesquisa foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “O Ponto de Partida: Adotando a perspectiva dos estudos de narrativas na violência intrafamiliar”, foi feita uma contextualização teórica das categorias narrativa, família e violência de gênero, com o objetivo de compreendê-las, assim como realizar um diálogo entre estas variadas categorias. No decorrer deste capítulo será abordado o estudo de narrativas, apontando para a relevância deste na Psicologia; estudo sobre família, com abordagem do conceito de transmissão geracional e revisões sobre a construção cultural e histórica da família e ainda uma revisão acerca violência de gênero.

No segundo capítulo - “Quadro teórico-metodológico: o caminho percorrido” - foram feitas considerações acerca do método empreendido nessa pesquisa, posicionando-se sobre o tipo de pesquisa realizada, como se deu a escolha do lócus da pesquisa, ressaltando-se, também, os procedimentos realizados para a escolha dos sujeitos entrevistados, como também a escolha dos instrumentos utilizados, como a entrevista narrativa. Por fim, discorreu-se sobre os procedimentos de análise do corpus da pesquisa.

O terceiro capítulo - “Resultado das Análises das Narrativas e Discussão” - trouxe algumas discussões acerca de como a teoria e os resultados empíricos são articulados e partiu da interpretação da história narrada pelos quatro membros da família em contexto de violência de gênero. Nessa discussão foi analisado o modo com estes contam suas histórias, a forma como estes constroem o gênero e a sua relação com a violência e o processo de transmissão geracional da violência de gênero na família, alcançando-se, assim, os objetivos estimados na pesquisa.

O último capítulo - Considerações Finais - retoma alguns aspectos relevantes presentes nas narrativas, a partir dos objetivos propostos no início do trabalho, em que são expostas considerações e reflexões relevantes sobre o fazer pesquisa na temática “famílias em contexto de violência de gênero”.



## 2 O PONTO DE PARTIDA: ADOTANDO A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE NARRATIVAS NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO INTRAFAMILIAR

“Vivemos num mar de histórias”  
(Bruner, 2001).

### 2.1 Fundamentação teórica dos estudos de narrativas

Falar sobre narrativa é falar sobre algo que sempre fez parte da história da humanidade. Basta nos depararmos com as estórias contadas nas paredes das cavernas, ou estórias passadas oralmente ao longo das gerações, ou até com estórias escritas em papel. Contos de fadas, romances, fábulas, lendas, parábolas, notícias, novelas, conversações cotidianas, as próprias redes sociais digitais que de alguma forma narram a vida, todos são formas de narrativas que nos comprovam que narrar sempre esteve presente nos diversos tempos históricos seguindo diversos formatos, abordando variados temas.

Diversos autores interessados na natureza historiada da experiência humana inauguraram o que se denominou de perspectiva narrativa na Psicologia. Teóricos como Theodore Sarbin (1986), Kenneth Gergen (1986), Donald Polkinghorne (1988), Jerome Bruner (1987, 1997), Brockmeier e Harré (2003) e outros assumem a narrativa como nova metáfora de base (*root metaphor*) para as Ciências Humanas. As narrativas têm sido colocadas em pauta em vários campos de estudos. Principalmente depois da virada linguística, verificou-se um crescimento de pesquisas de narrativas nos estudos psicossociais. Essas representam uma proposta paradigmática alternativa, contribuindo para repensar a natureza da linguagem, da realidade e do conhecimento, como também contribuindo com novos enfoques teóricos metodológicos (BRANDÃO; GERMANO, 2009).

Theodore Sarbin, em 1986, inaugurou o termo “psicologia narrativa” para referir-se à natureza narrativa da ação humana, como também para reunir os teóricos interessados na produção, narração e compreensão de histórias (GERMANO, 2008). Para os teóricos que utilizam esta perspectiva de pesquisa, a narrativa supera outras metáforas já utilizadas nos modelos teóricos acerca da subjetividade, especialmente a da máquina, que leva a visões mecanicistas e organicistas acerca do objeto psicológico.

Jerome Bruner, um dos grandes referenciais da Psicologia Narrativa, defende que se deve adotar o estudo da narrativa nas ciências humanas, de modo a centralizar a

investigação nas questões do significado. Para defender tal argumento, Bruner (1987), em seu texto *Life as Narrative*, elaborou algumas teses sobre a natureza da narrativa. A primeira tese defendida é que não há outra maneira de descrever o "tempo vivido" sem ser na forma de uma narrativa:

O que não significa dizer que não há outras formas temporais que podem ser impostas à experiência de tempo, mas nenhuma delas consegue captar o sentido do tempo vivido: nem relógio ou tempo de calendário [...] (BRUNER, 1987, p. 692, tradução nossa).

A tese familiar, que já foi discutida por Ricoeur (1995, p. 15), postula a temporalidade da narrativa ao afirmar que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”. Ou seja, a dimensão do tempo para os seres humanos só existe na medida em que é narrada, disposta num enredo. Além disso, a narrativa só se torna significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.

A segunda tese defendida por Bruner afirma que não existe algo psicologicamente considerado a “própria vida”. Ela é vida enquanto narrada; a vida, no fim das contas, é uma realização narrativa. Deste modo, a vida trata-se de uma interpretação dos fatos, no que se refere à contação de histórias. Isto significa dizer que a autobiografia - a história de uma vida - é construída, não é um registro real do que aconteceu, mas sim uma interpretação e reinterpretação da experiência.

No mesmo sentido, Villegas (1995) destaca que, quando nos referimos a *eventos* trata-se de um conhecimento narrado, de forma que são estruturadas as ações e seus contextos temporais em uma história organizada. Para Bruner (1987, p. 692) a narrativa é como uma conquista construída no momento, que se é narrado. Portanto, a abordagem que deve tomar o estudo da Psicologia e das narrativas é a construtivista, pelo fato de que as “histórias não são retratos do próprio acontecimento do mundo real, mas, ao contrário, são construídas nas mentes das pessoas”.

De fato, tanto o construcionismo como o construtivismo social se interessam em compreender os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e entendem o mundo e a si mesmos. Os seres humanos apreendem o mundo e a si mesmos por artefatos sociais, produtos de interações entre pessoas localizadas historicamente e mergulhadas em sistemas culturais. O que faz certo conhecimento prevalecer no tempo depende das “vicissitudes de processos sociais”, tais como “comunicação, conflito, retórica” (GERGEN, 1986, p. 16). Além disso, os sistemas culturais fornecem os modelos narrativos a partir dos quais indivíduos e coletividades interpretam o mundo e a si mesmos.

Bruner (1997) propõe como central para a psicologia o estudo do significado. Ele defende uma Psicologia Popular, em que a cultura ocupa um lugar relevante como complexo sistema simbólico imbricado no processo de construção de significados. A mente constitui e é constituída pela cultura, sendo a construção de significado a responsável pela mediação entre mente e cultura. O autor assinala que a Psicologia Popular deve se interessar por formas mediante as quais os seres humanos constroem significados nos contextos culturais onde estão inseridos.

Para Bruner (1997), os sistemas simbólicos usados para a construção dos significados são enraizados na cultura e na linguagem. Essa significação humana, segundo o autor, é elaborada pela narração, pois a narrativa possibilita que o sujeito interprete os fatos vivenciados, articulando-os num enredo significativo. No mesmo sentido, Grandesso (2000) cita White (1991) que ressalta que as narrativas são construídas em uma dimensão histórica e negociadas nos seus contextos sociais. Desta forma, a produção narrativa não resulta de um trabalho individual da mente, mas, sim, da natureza interpessoal da produção discursiva. Tal afirmação assume que, independente da forma da narrativa, esta veicula determinados sistemas de valores por meio das quais se sustentam determinadas práticas sociais e visões de mundo. Paradoxalmente, a cultura juntamente com os seus valores e práticas, configura a narrativa, e a narrativa por sua vez, constrói nossa cultura. (GRANDESSO, 2000).

Muitos estudos de viés narrativo se interessam em acessar os sentidos da ação, ou seja, os estados intencionais (compromisso, crenças, razões, motivos, valores, teorias, desejos) impregnados nas narrativas, sejam elas em formato de mitos, lendas, contos de fadas, autobiografias, conversações, romances e outros que envolvem uma sequência de ações e experiências relatadas. A produção e a recepção de histórias parecem conformar fenômenos transculturais, habilidade esta adquirida cedo na infância, que não é apenas resultado do trabalho mental, mas “uma conquista da prática social”, que permite a criança partilhar os sentidos disseminados na sua cultura, como também interpretar o mundo e agir sobre ele. (BRUNER, 1997, p. 66)

Um ponto a se destacar é a complexidade do conceito de narrativa, pois vai ganhando sentidos diferenciados à medida que se adotam diferentes paradigmas e molduras teóricas nas diversas disciplinas que o abordam. Na visão de Bruner (1997, p. 60) as narrativas são formas culturais privilegiadas pelas quais as pessoas interpretam o mundo, conferindo-lhe uma ordem temporal e significando-o. Neste sentido, trata-se de um modo de pensamento distinto do pensamento lógico ou paradigmático, que não envolve a busca de verdade, mas de verossimilhança, entre outras características.

Polkinghorne (1988, p. 78) define narrativa como uma “estrutura que organiza os acontecimentos e ações humanas numa totalidade, atribuindo desse modo, significado as ações e acontecimentos individuais de acordo com seu efeito de totalidade.” Sarbin (1986, p. 9) , por sua vez, a vê como sendo a “forma de organizar episódios, ações e relatos de ações, é uma realização que junta fatos reais e de ficção onde o tempo e o espaço são incorporados”.

Pode-se perceber que a narrativa é apresentada por diversos autores como um princípio organizador da experiência humana. O ser humano organiza sua experiência no mundo social, conhecendo-o e estabelecendo transações mediante narrativas. Nesse sentido, a pesquisa de viés narrativo aceita que “nós vivemos numa pluralidade de mundos e realidades possíveis criados pelas nossas próprias distinções perceptivas [...]”. (GUIDANO, 1991, p. 4).

Quanto as suas funções, Murray (2008) afirma que a narrativa tem como função principal trazer ordem à desordem, no sentido de que buscamos contar histórias para organizar o fluxo dos elementos que fazem parte de nossa experiência social, histórica e cultural. Em outras palavras, a narrativa faz referência não apenas com o que é narrado em si, mas o fato de esta organizar o pensamento.

Estudos de identidade e self tem utilizado bastante o viés narrativo, posto que a pergunta “quem sou eu?” envolve necessariamente uma formulação historiada que articule a permanência e a mudança pessoal na passagem do tempo. A pessoa é aquilo que ela constrói como enredo em um contexto discursivo específico em que se dá a comunicação. Neste sentido, a pergunta pela identidade pessoal é uma pergunta aberta, em constante construção e reconstrução; formulamos muitas histórias sobre nós mesmos revisando-as ao longo de novas experiências. Na situação comunicativa, o narrador precisa escolher os principais cenários, atores, ações, motivações, metas e obstáculos que fazem parte da sua trajetória articulando-os de modo que faça sentido para si e para os outros. Os gestos, a expressão e o olhar do outro orientam a narração, uma vez que é a este outro que se direciona a narrativa, seja para justificar-se, persuadir ou buscar empatia. Nesse sentido, as noções de self e identidade são vistas como construídas por meio da narrativa, sendo flexíveis e mutantes. Ao construir narrativas sobre a vida, o sujeito dá sentido a sua experiência e constrói o seu sentido de self. Deste modo, ao adotar um enfoque narrativo adota-se a ideia de que a “função generativa da fala, ou seja, a função da narrativa não só como organizadora da experiência, mas como construtora do sentido da existência, da noção de si mesmo e da construção do mundo em que vivemos” (GERGEN, 1991; GRANDESSO, 2006, p. 15).

O conteúdo da narrativa oral e escrita, deste modo, configura-se como um artefato riquíssimo para o estudo da natureza e as condições de nossa existência. Os teóricos da

psicologia narrativa partem justamente do pressuposto que “o problema do entendimento dos padrões dinâmicos do comportamento humano parece estar mais próximo de uma solução através dos estudos da narrativa, do que até mesmo de abordagens bem mais conhecidas [...]” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2006, p. 1). As ciências humanas parecem cada vez mais aderir ao paradigma narrativo, com seu crescente interesse em estudar histórias, o que sugere um caminho de recusa a modelos epistemológicos realistas e essencialistas, e a busca de novas investigações interpretativas que se concentram nas formas de vida social, discursiva e cultural.

## **2.2 A família em questão**

Ao empreender um estudo de narrativas de famílias, faz-se necessário entender o que é família. Pode-se afirmar que o homem, desde a antiguidade, sobrevive em grupos, isto é, quase que considerado inerente à condição humana. A família, desde os tempos mais antigos, se configura como um grupo social que exerce demasiada influência sobre a vida das pessoas, sendo encarada como um grupo com uma organização complexa, inserido em um contexto social mais amplo com o qual mantém constante interação. (BIASOLI-ALVES, 2004). De acordo com a cultura da determinada sociedade, estes grupos variam, quanto a sua organização e diferenciação (MINUCHIM, 1982).

Nós sabemos que não nascemos sozinhos. Já dependemos de outro para obtermos uma origem e desenvolvimento, nos organizando em família. O lar familiar é onde se recebe a criança para seu cuidado e educação. É responsável pelo processo de socialização primária das crianças e dos adolescentes (SCHENKER; MINAYO, 2003). Nesse sentido, a família tem como função estabelecer formas e limites para as relações estabelecidas entre as gerações mais novas e mais velhas (SIMINATO-TOZO, 1998), propiciando a adaptação dos indivíduos às exigências do conviver em sociedade. Além disso, a família se configura como um local marcado por jogos de afeições, lealdades, amores, ódios e solidariedade construindo seus laços com a sociedade e criando vínculos entre seus membros.

Nessa perspectiva, a instituição familiar é considerada como o primeiro grupo social no qual o ser humano foi inserido, configurando-se como célula inicial e principal da sociedade (BIASOLI-ALVES, 2004), ou ainda como núcleo central da organização humana, unidade básica da interação social (OSÓRIO, 1996), sendo um modelo ou um padrão cultural que se apresenta de formas diferenciadas nas várias sociedades existentes e que se transforma com o decorrer do processo histórico-social. Nesse sentido, a forma como a família se

estrutura está intimamente ligada ao momento histórico que atravessa a sociedade da qual ela faz parte. (PRATTA; SANTOS, 2007).

A família tem sido colocada em pauta em diversos estudos, contudo, Poster (1979) pontua que, apesar do interesse que existe em relação à família, a ciência social ainda não possui uma definição clara desta. Dentre algumas definições encontradas no dicionário Aurélio, (FERREIRA, 1986), temos “pessoas aparentadas, que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos” ou ainda “ascendência, linhagem, estirpe ou pessoas do mesmo sangue”. Na realidade, a definição de família reproduz a pluralidade de composições que incluem laços sanguíneos, relações não formalizadas por parentesco, núcleo doméstico, família conjugal e extensa e família não legitimada juridicamente. Tais composições são demarcadas pela cultura e o tempo histórico da sociedade (CERVENY, 2000).

Ariés (1987), em seu estudo sobre a consolidação da vida privada, cita que, no século XIX, as pessoas passaram a não se conhecer, tornando-se estranhos e desconhecidos (diferente dos três séculos anteriores). O recolhimento junto à família acontece como forma de refúgio. A família passa a ser o centro do espaço privado. No espaço interno, a família absorve o indivíduo que se recolhe e defende-se do espaço público. Deste modo a o espaço privado passa a ser o espaço do *mundo da casa*, tal como mencionado por Matta, Benevides e Fischer (1982), segundo os quais, no ponto de vista do *mundo da casa* está a família, onde o sujeito se relaciona em uma lógica de lealdade e amizade, ou seja, que existe uma relação íntima, na qual sugere-se um conhecimento, em que o sujeito se encontra no seu “terreno”. Por outro lado, no *mundo da rua*, o sujeito se encontra no terreno desconhecido, que não é íntimo, onde este não está no seu controle. Na rua, o sujeito não é reconhecido como um amigo, parente, ele é mais um número, um mero passageiro, um desconhecido. Desta forma no espaço do *mundo da rua*, o público, via de regra, é mais propenso a causar sentimentos de insegurança e receio. Já no espaço do *mundo da casa* é mais propenso a causar segurança e conforto nas relações. O autor usa desta afirmativa para justificar o fato de que os espaços públicos na cidade, referindo-se à realidade brasileira, não serem tão frequentados, enquanto o espaço privado, referindo-se a casa, é um lugar no qual se sente segurança e conforto.

Entretanto, não se pode pensar que a família se configura apenas como um espaço seguro, pois, assim, se desconsideraria a família também como lugar de formação de patologia e violência. Diniz e Argelim (2003) afirmam que se devem desconstruir mitos em relação à família, principalmente o mito de que a casa é um local seguro, de modo que se tem uma grande dificuldade em entender que a família é, simultaneamente, “nó e ninho”, na qual,

muitas vezes, existe o silêncio e o segredo envolvendo os episódios de violência. Desta forma, afirmar que o mundo da casa é um espaço seguro trata-se de uma idealização da família como espaço de harmonia e proteção, esta pode, de certa forma, representar este espaço seguro, entretanto, existe também uma teia de relações que podem compor um espaço extremamente doloroso e inseguro.

Segundo Da Matta (1987, p. 125), ao realizar uma reflexão mais crítica sobre a família, percebe-se que ela não se configura apenas como uma instituição social, mas se configura principalmente como um *valor*. Segundo o autor, a sociedade brasileira valoriza e institucionaliza a família como uma instituição fundamental à própria vida social. A família, nesse ponto de vista, é uma rede de relações, bem como um grupo social. Este fato tem sua origem na genealogia e nos elos jurídicos, mas também se faz na convivência social intensa e longa. É um fato da existência social e constitui-se como *valor*. (CERVENY, 2000).

Setton (2008) auxilia na compreensão desse tema e define família como um agrupamento de pessoas que, pela sua longa duração e nível de interrelação, pode ser visto como um sistema de relações, que desenvolve modelos e padrões de crenças e tradições próprios. Ao estudar família faz-se necessário também entender questões que se repetem em seu seio e são repassadas entre as gerações.

### ***2.2.1 Transmissão Geracional***

Na família, como o nível de interação é intenso, herdamos as crenças, os valores, os costumes, os mitos, os tabus, e os segredos de família, que são repassados de membros para membros. Contribuindo para a discussão sobre a transmissão dos significados socialmente aprendidos, Bruner (1997, p. 23) afirma que:

[...] a criança não entra na vida do seu grupo como num esporte autista, privada de processos primários, mas como participante em um processo mais amplo, no qual os significados públicos são negociados. E nesse processo, os significados não são utilizados em vantagem própria a menos que possam ser compartilhados.

Deste modo, a família como um grupo social e berço que acolhe a criança, representa um sistema de relações que repassa significados que, por sua vez, são negociados, ou seja, a criança participa do processo de construção desses significados. Sabe-se também que a família é decorrente da história e da cultura, pois está estritamente ligada ao contexto social, no qual originam papéis e comportamentos de seus membros.

Esse processo de repassar os segredos, crenças, tabus, costumes é nomeado de transmissão geracional. Transgeracionalidade, no sentido etimológico, significa movimento para além de (FERREIRA, 1986). Souza e Carvalho (2010) definem como sendo um processo de transmissão de significantes maternos e paternos e de seus ancestrais como uma transmissão que é realizada por efeitos de linguagem. Os mandatos transgeracionais são dados a cada um de nós, ou seja, são repassadas representações maternas e paternas com conteúdos implícito tais como silêncios, segredos, tabus. Essa transmissão registra a criança na história familiar que precede, dando-lhe um lugar nessa história. Pode-se observar nos próprios pais que, muitas vezes, carregam consigo decepções, necessidade de amor e lealdade, frustrações que, de alguma forma, transmitem de bom ou mau grado a seus filhos, delegando-lhes funções, com o intuito de suprir as suas faltas.

Carter e McGoldrick (1995) incluem a transgeracionalidade como aspecto importante para entender o desenvolvimento familiar, já que uma geração possui capacidade de afetar o modo como se estabelecerá a dinâmica da geração seguinte. Porém, entendemos que, quando falamos de transgeracionalidade, não nos colocamos numa posição de que o passado certamente irá determinar o presente. Cerveny (2011) afirma que existem sistemas familiares que os padrões são repetidos exatamente como se deram no passado, mas também existem casos em que as repetições aparecem de forma camuflada e quase que irreconhecíveis com o sistema atual. Famílias, por exemplo, em que os homens são rbugentos, brutos e teimosos, geralmente tem mulheres que precisam se submeter à passividade. É dado esse legado ao homem e à mulher da família, mas nem sempre estes padrões são tão claros e conscientes para os membros, que podem se apresentar de uma forma camuflada em determinados discursos, ou quase não aparecer, sendo implícito em algumas ações. Cerveny (2011, p. 52) cita o exemplo de famílias em que o suicídio aparece como um padrão de resolução de conflitos, existindo uma maneira especial de lidar com os estresses. Tais modelos e padrões de repetições, na maioria das vezes, são discutidos no grupo familiar e às vezes, nem pensados. No entanto, o padrão está introjetado em cada membro e a profecia está presente.

Ao relacionar a transgeracionalidade e a violência de gênero autores como Guimarães, Basiliano e Hochgraff (2010 p. 2) atentam para o fato de que o aprendizado de meninas e meninos acerca de seus papéis é um fator de risco e importante para a violência.

A tendência natural de uma criança é responder às situações vividas de acordo com seus modelos. Assim, se possuírem um modelo de interação violenta irão aprender também a serem violentas. Uma vez internalizados, estes aprendizados são incorporados na escala de valores do indivíduo determinando sua forma de enfrentar



as expectativas sociais, sendo isto específico para cada sexo.

Ainda segundo as autoras, em famílias que apresentam um histórico de violência existem ideias que são sustentadas através dos discursos do agressor, da pessoa que sofre a agressão e das pessoas de fora que convivem com esta. Ideias, conceitos tradições, mitos, segredos que sustentam a violência na família. Ainda segundo as autoras, para o abusador, a lógica perpassa sobre a visão de que ele se sente vítima, que a questão está na companheira que precisa se conter. Geralmente não é empático com os outros membros e acha que possui uma posição hierárquica superior aos outros e muitas vezes não percebe sua conduta como violenta. Consequentemente, a violência pode ser vista como natural nesse ambiente. Já para a pessoa agredida, os componentes que fazem parte da sua lógica, muitas vezes são a baixa autoestima. Estudos recentes revelaram que mulheres que sofrem violência possuem baixa percepção desta, não reconhecendo muitos maus tratos vividos como atos violentos. Esta complementaridade entre componentes, que fazem parte da lógica do agressor e da agredida, muitas vezes representam padrões de repetição familiar, transgeracional e permite que a situação de violência se perpetue no seio da família. “Como consequência os filhos vivem e aprendem que a violência faz parte de uma rotina aceitável, levando-os a repetir este mesmo padrão quando adultos em suas próprias famílias” (GUIMARÃES; BASILIANO; HOCHGRAFF, 2010, p. 2).

### ***2.2.2 A construção da Família***

Estudar a família de hoje é atentar-se para sua construção histórica. A forma como se dão os laços familiares são influenciados pela cultura, e não simplesmente por questões biológicas. Portanto, a família não é algo natural ou dado, é produto de construções históricas e da forma como os indivíduos vão se organizando na sua determinada sociedade, a partir das suas necessidades de sobrevivência e de reprodução de espécie (FIGUEIRA, 1986). Desta forma, compreender o que é família também é entender o seu processo histórico, tal como esta se organizou na sua determinada sociedade.

Pode-se afirmar que existe continuidade entre o tradicional e o moderno, mas de modo geral ocorreram mudanças, especialmente nos últimos quatro séculos no século XIX, que mostram a existência de rupturas que devem ser estudadas em relação à situação da família e da sociedade (GIDDENS, 1991).

Ariés (1987) cita em sua obra “História social da criança e da família” que alguns pontos foram cruciais para a formação e consolidação da vida privada na modernidade, tal como o papel do Estado que, a partir do século XV, passou a interferir nos modos e costumes de ser dos indivíduos e, conseqüentemente, na família. Outro ponto é o desenvolvimento da alfabetização e difusão da leitura e as novas formas de religião que buscam uma interiorização e o exame da consciência sob a forma da confissão ou do diário íntimo. A alfabetização, juntamente a leitura e o autoconhecimento, foi se dissipando a um *gosto pela solidão* até que aparece o *gosto pela amizade*.

Todas essas mudanças vão desembocar em uma nova maneira de levar a vida, não mais ao acaso, mas se passa a uma exteriorização de si mesmo e dos sentimentos íntimos que cada um cultiva em si. Essa exteriorização de si vai exigir cuidados e zelos nos comportamentos dentro de casa e no trabalho. (CHAVES, 2006, p. 49)

Ariés (1987) cita ainda três aspectos que irão ser cruciais para a estruturação da família, como a conquista da intimidade individual, justamente por um movimento de recuo da sociabilidade comunitária, em que o indivíduo recua na sua sociabilidade nos espaços sociais, buscando um isolamento no espaço domiciliar. A família acaba que absorvendo todas as preocupações dos indivíduos e a vida íntima. Outro ponto é que a partir dos séculos XVI e XVII inicia-se uma organização de grupos de convivência voltados para a conversação, a correspondência e a leitura em voz alta. Porém uma parte destes grupos a partir do século XVIII formalizou-se, tornando-se instituições dotadas de regulamentos, perdendo, deste modo, a espontaneidade. Ariés ainda cita que a família muda de sentido, configurando-se não apenas como uma unidade econômica e passa a ser o lugar de refúgio e confiabilidade, em que são estabelecidos vínculos afetivos entre os membros. A família acolhe o indivíduo que se recolhe do espaço coletivo, ou seja, separa-se nitidamente o espaço público do espaço privado (CHAVES, 2006).

Pôster (1979) na sua obra “Teoria Crítica da Família” discorre sobre quatro tipos de modelos familiares: a família burguesa, família aristocrática, família camponesa e a família da classe trabalhadora do início da Revolução Industrial. Para o autor, estes são os modelos de família que, estudados, podem contribuir para uma melhor compreensão do modelo de família atual. Vale ressaltar que os dados usados para comentar sobre os quatro modelos provêm da realidade das famílias europeias, contudo, devido ao processo de colonização do Brasil e de outras regiões, tais modelos foram repassados, mais tarde em alguns lugares, mais cedo em outros.

Pôster (1979) afirma que cada vez mais a família da classe trabalhadora foi se

moldando aos padrões da família burguesa. Com a industrialização, as famílias camponesas e trabalhadoras foram assimilando cada vez mais o modelo burguês de família, dando todo o contorno da família contemporânea.

As funções do homem e da mulher no contexto familiar foram sendo modificados a partir das necessidades que a sociedade demandava em seu determinado tempo histórico. Desta forma, de acordo com as necessidades, foram sendo polidas as formas das relações, assim como os papéis que prescrevem os sujeitos. Com o tempo, esses modos de relação foram institucionalizados na forma de funções ou papéis que cada sujeito deve ter. Por exemplo, a mulher ter o instinto materno, a sensibilidade e a amor maternal, sendo que tais premissas podem ser consideradas institucionalizadas, pois são consideradas, grosso modo, por algo normal, natural. Sobre esse aspecto, Bourdieu (1999) afirma:

[...] a divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos [...]. (p.17)

Desta forma, o modo como a família se configura, não é nada menos que algo construído, cujos diferentes modos de relação entre seus membros foram sendo criados e modificados em detrimento também de uma situação sócio-histórica da civilização. Conforme Narvaz e Koller (2006, p. 25), estes modos de relação foram se tornando habituais, o que Bourdieu (1999) chamou de *habitus*. Assim, esses modos de relação vão sendo institucionalizados de acordo como são estabelecidas as relações e os papéis que cada sujeito deve ter e aquilo que muitas vezes é considerado naturalizado é, na realidade, produto de uma construção histórica.

Por isso é importante entender de que forma a família de hoje se configura. Chaves (2006), em seu estudo sobre a parentalidade, afirmou que a família atual é marcada pela globalização, informatização e conflitos religiosos. Ao se falar de família nos tempos atuais é impossível não mencionar temas como divórcio, recasamentos, casais homoafetivos, famílias monoparentais, alienação parental, fertilização in vitro, violência doméstica, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e tantas outras questões.

No início do século XX até meados dos anos 60, predominava a nomeada “família tradicional”, demarcada por uma divisão social, em que o homem era o “chefe da casa”, o provedor da família, sendo responsável pelo trabalho remunerado e dotado de autoridade perante aos outros membros. A mulher, por sua vez, era responsável pelo trabalho doméstico

e envolvia-se com os cuidados dos filhos, do marido e da casa. As relações entre pais e filhos eram constituídas pela diferença entre as gerações, existindo, assim, noções como respeito e autoridade, caracterizando uma assimetria da relação adulto-criança. Deste modo, nesse período, os pais tinham controle sobre os seus filhos, exigindo deles o cumprimento de normas e regras sociais. Cano (1997) ressaltou que as atitudes educativas dos pais estavam embasadas em princípios vinculados à moralidade religiosa, ideário patriótico e higienismo médico (PRATTA; SANTOS, 2007).

Diversas mudanças econômicas, sociais e trabalhistas, a partir da metade do século XX, tais como o avanço tecnológico, o processo de urbanização, industrialização, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, a diminuição do número de filhos, a diminuição da taxa de mortalidade e natalidade infantil, o aumento de separações e divórcios, as novas concepções de casamento, as alterações nas dinâmicas dos papéis de gênero causaram um grande impacto no âmbito familiar, o que contribuiu para novos arranjos nas relações familiares. (PRATTA; SANTOS, 2007).

### 2.3 Violência de Gênero em Questão

A transmissão geracional das narrativas e práticas de violência de gênero é um problema adicional que fragiliza ainda mais a família inserida nesse contexto, tornando-a mais vulnerável e insegura. Em programa de TV, uma mulher agredida por seu companheiro violento desabafou:

Já faz seis anos que eu estou nessa agressão. E cada vez mais piora. Uma vez ele pegou uma panela de pressão e ia tacar na minha cabeça. Já fui agredida na cabeça, com facada. Chegou até em furar. Tinha até posto a faca assim no meu pescoço. O menino, nosso filho, tava sentado bem do meu lado. Vendo tudo isso. Ele viu quando o pai pôs a faca no meu pescoço. Teve o dia que ele furou minha cabeça. E ele fala pra mim 'mamãe fica quieta, fica quieta. Tem que ficar quieta que ele vai te bater'. Eu já dei um basta já nessa situação. Vou querer 'ver ele' pagando por tudo isso que ele fez. Só que aí eu vou tá colocando a minha vida também em risco. Que é o que ele já falou pra mim. Que eu vou morrer de qualquer jeito. Eu tenho medo de morrer, porque ele faz mesmo. Uma pessoa que fura a sua cabeça que fala que quer sangue. Acha que não vai matar a pessoa? Eu acho que ele se sentia o dono de mim. Que até então que ele batia que ele não ficava com a consciência pesada. Ele batia, que ele batia que depois sentava pra assistir filme. É a coisa mais normal pra ele fazer isso.

(Trechos da entrevista de uma mulher agredida no programa a Liga sobre Violência Doméstica)

Relatos como esses são comuns nas mulheres que vivenciam a violência de gênero na família. A rotina da violência, filhos que assistem as agressões, o medo, a

impotência e revolta da vítima, o homem atuando como “dono” da mulher são elementos que se repetem nas suas falas. Tais mulheres contam essas histórias nos diversos espaços sociais, como nas delegacias, juizados, centros de referência da mulher e instituições que visam apoiá-las nessas situações. Outras simplesmente estão escondidas, sofrendo a violência em silêncio, até tomar uma atitude de enfrentamento e procurar ajuda. Elas estão contando suas histórias ou sendo silenciadas. De qualquer modo estas mulheres existem em grande número e formam, hoje, uma parcela tristemente significativa de nossa sociedade.

Estudar a violência de gênero torna-se uma tarefa desafiante, quando se parte do pressuposto que se trata de um fenômeno complexo, sujeito a diversas interpretações e diferentes linhas de indagação e abordagens metodológicas. Será adotada, aqui, uma visão da violência de gênero pautada no estudo da constituição dos gêneros, levando em consideração a desigualdade histórica e cultural dos gêneros, que levou a formas de dominação do homem sobre a mulher. Aos homens, a objetividade, a razão lúcida e a capacidade de decisão; às mulheres, a emoção, os sentimentos e a sensibilidade. (OSTERNE, 2011). Essas e outras verdades foram construídas historicamente e institucionalizadas na forma de funções ou papéis destinados a cada sexo. Por exemplo, características imputadas às mulheres, como instinto materno, sensibilidade e sexo frágil, são discursos institucionalizados, pois superficialmente são vistos como algo normal e natural. Nesse sentido, Bourdieu (1999, p. 17) afirma:

[...] a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos [...].

Segundo Narvaz e Koller (2006), as bases da nossa sociedade são originadas da estrutura da família monogâmica patriarcal, cujos primórdios são encontrados historicamente na família romana. Engels (1964 p. 91) afirmou que "*Famulus* quer dizer escravo doméstico, e *família*, o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem." Deste modo, presume-se que o termo família tem no seu cerne a ideia de um grupo no qual existe um homem que domina e comanda os outros integrantes, estes como escravos. Xavier (1998) ressalva que, com o tempo, o termo família passou a significar grupo social em que existe um homem, que se enquadra como dirigente, tendo poder sobre a mulher, os filhos e empregados (escravos) e com direito de decisão sobre a vida deles.

Badinter (1986) ressalta que o termo patriarcado designa não só uma forma de

família sustentada no poder masculino, mas também significa uma estrutura social que nasce de um poder paterno. Tanto é assim que, de forma analógica, os governantes bem vistos se tornam “pais do povo”. Deste modo, como bem afirma Narvaz (2005, p. 30), o “patriarcado é um modo universal ou, menos, predominantes, geográfico e histórico, de relacionamentos, nos quais a política sexual implica o fato de que os homens estabelecem as regras de poder e de controle social”. Em outras palavras, o patriarcado está além das relações familiares, está impregnado em toda constituição das relações humanas. Conforme Millet (1970), o patriarcado é como uma forma de organização social, que interfere nas relações de duas formas: as mulheres como subordinadas aos homens, como também nos jovens subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina atribuiu um maior valor às atividades masculinas do que às femininas, o que legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina e estabeleceu papéis sociais e sexuais, na qual o homem tem mais poder e vantagens. (NARVAZ, 2005).

Deste modo, o estudo da violência de gênero está intimamente ligado às questões relacionadas ao poder e o controle masculino em relação ao feminino, dando assim artifícios para a violência e o assujeitamento da mulher em relação a esta situação.

Diante da ideia de família contemporânea, diversos estudos afirmam que a família atual tem em sua constituição a permanência de valores patriarcais advindos da família monogâmica, burguesa. Como Bourdieu (1999) discorre, existem padrões que a serem institucionalizados se tornam *habitus*, são naturalizados e repassados para outras gerações. Deste modo, pode-se afirmar que institucionalizado o poder nas mãos do homem, além da obediência e a submissão da mulher, encontra-se aí um terreno adequado para a violência doméstica. Narvaz e Koller (2004), em estudos sobre violência doméstica, afirmaram que a família em situação de violência corresponde aos padrões de estruturas patriarcais rígidas, na qual os papéis seguem posições hierárquicas bem contornadas.

Considerando o exposto, procura-se pensar sobre famílias em situação de violência de gênero, amparada nas teorias aqui propostas partindo-se da seguinte questão: como os membros de família no contexto de violência de gênero contam e significam a violência vivenciada? Quais valores estão impregnados nas suas falas, a visão de feminino e masculino, de casamento, família?

### 3 QUADRO TEORICO-METOLÓGICO: O CAMINHO PERCORRIDO

“Alguns homens vêem as coisas como são, e dizem ‘Por que?’ Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo ‘por que não?’”

(Geroge Bernard Shaw)

#### 3.1 O tipo de pesquisa

Uma vez que este estudo analisa narrativas de membros de uma família para compreender como percebem e vivenciam a violência de gênero, configura-se como uma pesquisa de tipo qualitativo. Segundo Creswel (2010, p. 26) trata-se de uma forma de pesquisa que busca compreender o significado que os grupos atribuem a um problema social e humano:

O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Creswel (2010) ainda afirma que a pesquisa qualitativa tem uma estrutura flexível, pois o pesquisador se apoia em um modo indutivo de investigação e interpretação. Esse arranjo de pesquisa fornece validade para a investigação, à medida que apresenta uma adequação as molduras epistemológicas, teóricas e metodológicas. O processo metodológico da pesquisa qualitativa mostra-se flexível, dinâmico e de fases interrelacionadas ciclicamente, no qual a produção empírica e teórica são mutuamente dependentes, fazendo parte da mesma unidade e podendo gerar possíveis reformulações, durante o processo de construção de conhecimento (SOUZA; BRANCO; OLIVEIRA, 2008).

A flexibilidade e a dinamicidade própria da pesquisa qualitativa não descartam o compromisso com o rigor científico. Spink e Lima (2000) propõem que o rigor da pesquisa seja concebido como explicitação dos passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo. Ou seja, existe uma troca, seguindo essa linha de compreensão, uma construção de sentidos em coparceria entre o pesquisador e o pesquisado. O pesquisador não almeja alcançar uma objetividade e neutralidade na produção de dados. Quanto à própria expressão “coleta de dados”, Germano e Bessa (2010) salientam que esta diz respeito a

pesquisas de cunho quantitativo, que pressupõem que a natureza pode ser descoberta e conhecida, cabendo ao pesquisador descrevê-la e relatá-la. Contudo, a visão que embasa essa pesquisa tem como premissa que o dado na realidade é construído na relação pesquisador-pesquisado, e não coletado.

Günther (2006) discorre que, na pesquisa qualitativa, o homem é visto em sua totalidade e historicidade. A geração de informações verbais e não verbais é realizada por meio de entrevistas centradas no problema, entrevistas narrativas, grupo de discussão e outras de observação participante. Tal pesquisa produz informações passíveis de interpretação por parte do pesquisador.

Essa pesquisa, sendo qualitativa, parte da interpretação do texto gerado a partir de entrevistas narrativas realizadas com membros de uma família em situação de violência de gênero, para investigar a forma como contam sua história e significam a violência vivenciada. É uma pesquisa que privilegia a compreensão e não a explicação da realidade, considerando o processo de construção do conhecimento e a não neutralidade do pesquisador.

Diante das possibilidades de concepções teóricas dentro do estudo qualitativo, temos como concepção norteadora o Construcionismo Social que, por sinal, também é uma corrente que banha a Psicologia Narrativa. Segundo Gergen (2009), esta concepção parte do pressuposto de que o mundo em si não pode ser acessado pela linguagem. Em outras palavras, o que falamos é uma construção humana realizada a partir de um contexto sociocultural. Os sentidos que empreendemos do mundo e de nós mesmos são elementos construídos e negociados na relação social, juntamente à história e à cultura do momento. Deste modo, a vida social é pautada por conceitos que são “formas de compreensão negociadas”. Existem formas de compreensão mais aceitas do que outras, ou formas mais apropriadas para cada situação, diferindo a partir da sua cultura. (GERGEN, 2009).

### **3.2 O lócus da pesquisa**

A princípio foram visitadas diversas instituições que atendem a demanda de vítimas de violência de gênero de Fortaleza, tais como Delegacia da Mulher, Procuradoria Geral da Justiça, Núcleo Pró-Mulher, Juizado de Defesa da Mulher, CREAS, Centro de Referência da Mulher, dentre outros, com o objetivo de conhecer melhor a questão que nos propomos a estudar: família no contexto de violência de gênero. Entretanto, foi no contato com tais instituições que cresceu o desejo de me aprofundar nesta temática, pois percebi que



tais instituições mantinham uma visão parcial do fenômeno da violência de gênero, oferecendo atendimento e escuta apenas à mulher vítima de violência. Algo que a princípio me chamou muita atenção, principalmente na Delegacia, foi a ausência de homens no espaço físico. Até as funcionárias eram mulheres.

Como se trata de uma Delegacia da Mulher, sei que o espaço é voltado para o atendimento da mulher, contudo, causou-me estranhamento o fato de o agressor não ter um espaço de escuta; se este chegava ao ambiente era algemado e retido imediatamente. Tive receio de não encontrar uma família para a realização da pesquisa, pois entrevistar os membros da família no mesmo espaço físico seria inviável, uma vez que, na maior parte dos casos, a mulher está sujeita a diversas medidas protetivas com o objetivo de evitar uma futura agressão por parte do autor da violência. De acordo com o art. 22 da Lei nº 11.340/2006, depois de constatada a violência, uma das possíveis medidas contra o agressor é que este perde o direito de se aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, com fixação de um limite mínimo de distância física entre o agressor e essas pessoas. O autor da violência não pode chegar perto da mulher agredida e tais circunstâncias inviabilizariam a entrevista coletiva proposta na pesquisa.

Informando-me com alguns profissionais, tomei conhecimento do Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência contra a Mulher – NUAH, programa organizado e executado pela Secretária de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. O NUAH promove atendimento aos homens encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza que estão respondendo a processo judicial e se encontram em liberdade provisória, bem como aos presos provisórios, que estão recolhidos na Casa de Privação Provisória de Liberdade José Juca Neto. O projeto integra o “Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas”, visando uma ampliação da aplicação das penas e medidas alternativas no Brasil. Deste modo, o NUAH tem como objetivo desenvolver atividades relacionadas à “responsabilização e reeducação de homens autores de violência contra a mulher”.

No espaço do NUAH é possível o contato com a família do autor de violência em atendimento. Percebi que muitos dos homens que participam do Núcleo já haviam retomado o relacionamento com a companheira, não estando mais sob medida protetiva. Os homens frequentam o espaço do NUAH para participar do grupo reflexivo promovido como pena alternativa. Observei que algumas companheiras acompanham os homens ao Núcleo e participam do grupo e, algumas vezes, levam seus filhos. Assim, tivemos a oportunidade de encontrar, no NUAH, todos os membros de uma família que vivenciam este tipo de violência.

O contato com a instituição foi feito primeiramente através de ligação telefônica, quando foi marcada uma visita para conhecer a equipe profissional, formada por psicólogo, assistente social, advogado, pedagogo e auxiliar administrativo. Já na primeira visita foi informado que diversos homens que frequentam o NUAH já haviam feito as pazes com a companheira agredida e que era possível localizar na instituição os sujeitos para a realização da entrevista.

Em seguida, tive a oportunidade de participar presencialmente de algumas reuniões do grupo reflexivo que o projeto desenvolve com homens autores de violência. O grupo tem como objetivo promover atividades socioeducativas e reflexivas de responsabilização e sensibilização de homens autores de violência contra a mulher, a fim de afastá-los do contexto da violência, como também transformar a cultura de violência imbuída nas suas relações e reeducá-los para novos padrões de relações de gênero. Busca-se, com isso, prevenir e estimular o rompimento do ciclo da violência e, como consequência, diminuir os casos de reincidência de agressões domésticas.

Apesar de a entrevista com a família selecionada não ter se dado no espaço físico do NUAH, por preferência da família, o núcleo foi de extrema importância para a familiarização com o problema e para o contato com os assistidos. Os resultados da pesquisa serão devolvidos ao Núcleo, no sentido de contribuir para a compreensão a respeito da violência de gênero e suas complexidades.

Vale salientar que o presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, com CAAE 43400515.0.0000.5054. Anexos a este trabalhos foram apresentados documentos comprobatórios da instituição e dos participantes.

### **3.3 Sujeitos da pesquisa**

Para a elaboração da pesquisa é necessária a construção de critérios bem definidos para a participação dos sujeitos a serem entrevistados, pois como Flick (2004) afirma, a construção dos critérios para a seleção tem como objetivo encontrar o caso que represente o determinado fenômeno estudado. Assim, os sujeitos selecionados devem estar inseridos nas condições relacionadas à pergunta da pesquisa, que tem como objetivo investigar a forma como membros de famílias no contexto de violência de gênero contam sua história e significam a violência vivenciada.

A seleção da família obedeceu aos seguintes critérios:

- ✓ Ter vivenciado a violência de gênero, tendo como comprovação ter passado pelos serviços do NUAH;
- ✓ Não estar em medida protetiva, de modo que a entrevista conjunta com o agressor e agredidos pudesse ocorrer no mesmo espaço físico;
- ✓ Ter interesse em participar da pesquisa, aceitando participar da entrevista narrativa o casal e, pelo menos, um filho;
- ✓ Consentimento para gravação de suas falas;

Algumas pessoas foram indicadas pela direção do NUAH para a participação na pesquisa. Os dados como telefone de contato foram repassados e entrei em contato com algumas, via telefone. Diante dos critérios de escolha, tive bastante dificuldade de encontrar a família em virtude da indisponibilidade dos membros para a entrevista. Na maior parte dos casos, as mulheres não queriam realizar a entrevista, ao contrário dos homens, que demonstravam mais disponibilidade. Como haviam participado do grupo reflexivo do NUAH, mostavam-se mais dispostos a conversar. Contudo, alguns deles não haviam voltado para as ex-companheiras e, em outros casos, apesar de terem reatado o relacionamento, suas mulheres não aceitavam a entrevista. Em uma das tentativas de entrevistas, o homem afirmou que a mulher não aceitou realizar a entrevista para não “bulir na ferida”.

Entretanto uma família aceitou a realização da entrevista: Maria, José e os dois filhos, Pablo e Karine (nomes fictícios). José havia frequentado o total de quinze reuniões no NUAH, era bastante ativo e participativo nas reuniões. Desde o começo, este se demonstrou disposto para a entrevista. Maria tem 37 anos, José tem 50 anos, Pablo tem 11 anos e Karine tem 7 anos. O relato das entrevistas, juntamente a análise estão dispostas no terceiro capítulo.

### **3.4 Instrumentos utilizados - A Entrevista Narrativa**

Em consonância com o entendimento de Denzin e Lincoln (2006), concordo com a ideia de que o pesquisador pode utilizar diversas táticas, métodos ou materiais empíricos em sua produção, reunindo ou mesclando técnicas existentes ou inventadas. O pesquisador, deste modo, é uma espécie de artesão que costura ou realiza uma bricolagem, um todo coerente que reúne métodos e teorias diferentes.

A técnica que nos permitiu o contato com os participantes do estudo foi a entrevista inspirada na Entrevista Narrativa (EN), de Fritz Schütze citado por Appel (2005), que busca estimular a narração a história de vida. Essa entrevista aproxima-se de outras

formas de entrevistas que, de algum modo, focalizam a geração de histórias, isto é, como as pessoas conferem sentido aos eventos que viveram articulando-os num enredo. É o caso, por exemplo, da pesquisa realizada por Bruner (1997) com a família Goodhertz, em que eram entrevistados, isoladamente e em conjunto, a mãe, o pai, duas filhas e dois filhos adultos. Bruner (1997) utilizou a entrevista informal, buscando relatos espontâneos das autobiografias dos membros da família, no intuito de entender “como é crescer como um Goodhertz”. Ao ler sobre a proposta de Bruner no seu estudo autobiográfico, encantei-me pela proposta, tentando remodelá-la na minha pesquisa, com a contribuição dos trabalhos de Schütze sobre a EN, cujo embasamento teórico-metodológico está bem estabelecido.

Esse método de geração de narrativas evita o modelo tradicional pergunta-resposta, buscando realizar perguntas mais abertas. Neste modelo, o entrevistado é convidado a contar uma história e, daí, deve selecionar fatos, organizá-los e elaborar um enredo que responda ao interlocutor. A Entrevista Narrativa Autobiográfica visa que o entrevistado produza na narração central um relato espontâneo sobre a sua vida, reduzindo ao máximo a intervenção do entrevistador. Depois da narração central, fazem-se perguntas referentes ao conteúdo da história contada, tais como, “não entendi quando você disse...”, “você mencionou...”. Em seguida fazem-se perguntas mais dirigidas, referentes aos objetivos da pesquisa. Em nosso estudo, focalizamos a problemática de violência, do gênero e da transmissão geracional.

A entrevista narrativa busca explorar a autobiografia dos participantes, mas também dar voz a esses narradores, permitindo-lhes uma compreensão da forma como constroem suas identidades, tal como assinala Gibbs (2009). A entrevista seguindo esses moldes apresenta-se uma ferramenta eficiente que dá liberdade ao informante, evitando que se conduza o participante, como geralmente ocorre num formato mais fechado e estruturado de pergunta-resposta. Também apresenta a vantagem de apreender os fenômenos e fatos na perspectiva do entrevistado, respeitando e valorizando seu conhecimento. O entrevistador, desta forma, assume um papel não hierárquico em relação ao entrevistado, em uma relação horizontal. Tem-se como premissa minimizar a influência do pesquisador, mesmo sabendo que, de toda forma, este também assumirá um papel importante, pois os dois estão em relação.

As entrevistas ocorreram no local pedido pela família, na Praça da Messejana. Tiveram que ser realizadas em dois momentos em virtude da necessidade de obter mais informações. Assim, a geração de dados nesse estudo deu-se em duas etapas. A primeira etapa consistiu na entrevista individual com cada membro da família isoladamente. No primeiro dia, no início da entrevista, com cada membro adulto, li o termo de consentimento livre e

esclarecido que foi assinado pelo entrevistado. Solicitei, então, a gravação da narrativa. Em seguida, o procedimento da entrevista foi brevemente apresentado com a pergunta geradora: “Estou fazendo uma pesquisa sobre famílias e suas histórias e gostaria de conhecê-lo(a) melhor. Você pode me contar sua história? Você pode contar sua história do jeito que quiser, não vou interrompê-lo. Só no final farei algumas perguntas, pode ser?”. Ao final do relato espontâneo do entrevistado, foram feitas perguntas relativas a alguns pontos que não ficaram claros. Após esses esclarecimentos, foram feitas perguntas voltadas ao problema da violência de gênero como: Conte-me como é a sua família. Como ocorre (ocorria) a violência em sua casa? Sua história parece com a de seus pais e avós? Essas e outras questões visavam à geração de dados específicos sobre o fenômeno da violência de gênero no espaço doméstico.

A segunda etapa das entrevistas foi caracterizada pela reunião de todos os membros da família, numa sessão mais longa de Entrevista Grupal com a família nuclear como todo. A entrevista iniciou-se com o seguinte convite ao casal e aos filhos: “Gostaria de saber sobre a história do casamento de vocês e como vocês começaram uma nova família. Vocês podem me contar a história de sua família do modo que quiserem, e eu não vou interrompê-los. Só no final farei algumas perguntas, pode ser?” Novamente ao final do relato espontâneo foram feitas perguntas pertinentes e emergentes para obter as informações necessárias, seguindo o mesmo formato da entrevista individual.

No primeiro momento foi realizada a entrevista embasada na entrevista narrativa com as crianças e notei que estas não mantiveram um enredo tal como os pais. Em outras palavras, quando se pediu para contarem a história deles, um deles respondeu: “Tipo o quê? Eu não sei muito bem não”, mantendo uma fala curta seguida de silêncio. Forcei-me a partir logo para perguntas mais direcionadas, que foram surgindo no momento, a partir da interação.

Realizamos um segundo encontro na qual levei massinha, bonecos e lápis de colorir. O procedimento foi diferente, pedi para que eles contassem a sua história do jeito que eles quisessem, usando a massinha, os bonecos ou pintando com os lápis de colorir. Desta forma, foi pedido para estes, com os meios lúdicos oferecidos, contarem a história deles utilizando para, assim, obtermos mais informações sobre a família. Os relatos das entrevistas com as crianças estão no ponto 4.3 da dissertação.

### **3.5 Procedimentos de análise do corpus da pesquisa**

Durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa, os membros da família construíram, na relação com o entrevistador, uma narrativa sobre suas histórias e deram um

significado à violência vivenciada. A análise dos relatos obtidos nos levou justamente a responder aos objetivos e perguntas norteadoras: Como esses membros contam sua história e como a significam? Quais são os valores, tradições, mitos e rituais envolvidos nas narrativas da família em contexto da violência de gênero e como podem estimular ou facilitar uma cultura de violência na família? Como se dá o processo de transmissão geracional da violência de gênero na família? O que podemos observar sobre a construção de gênero nos membros da família e a sua relação com a violência?

Vale salientar que não há um modo canônico de analisar narrativas. Podemos analisar o conteúdo da narrativa, o que é contado por cada membro, mas também podemos observar como esse conteúdo é contado na sua forma ou estrutura, avaliando a conexão entre as partes. Noutras situações, o foco é a interpessoalidade, isto é, o próprio diálogo que se estabelece entre narrador e ouvinte, o que leva a observar como um relato e suas partes configuram-se em respostas contingentes a um interlocutor situado. Outro ponto levado em consideração na análise é o contexto social mais amplo e como este se apresenta no texto narrativo, levando em consideração os sistemas de raça, classe e gênero que os narradores manipulam e a partir dos quais suas falas devem ser interpretadas (RIESSMAN, 1993, p. 21).

Diante das diversas perspectivas e níveis de análise de narrativas, esta pesquisa se enquadra numa perspectiva cunhada por Smith e Sparkes de Recursos historiados (*apud* CASTRO; GERMANO, 2010). Nessa perspectiva, dá-se atenção à importância da cultura na construção da história e da identidade pessoal e coletiva, especialmente como discursos e narrativas histórica e culturalmente disponíveis são manejados por indivíduos e grupos:

Nesse sentido, as narrativas são ações sociais e devem ser analisadas em termos dos recursos culturais empregados pelos indivíduos para construí-las, das funções interpessoais e institucionais que elas desempenham e de sua distribuição social. Assim, os pesquisadores tendem a se preocupar com os contextos mais amplos vinculados à narração: momento histórico do relato, raça, classe, gênero e outros sistemas, cosmovisões e discursos sociais manipulados pelo narrador para dar conta do mundo e de si mesmo (RIESSMAN, 1993, *apud* CASTRO; GERMANO, 2010, p. 20).

Nesta perspectiva, o self ou a identidade pessoal é visto como algo elaborado via diálogo e via redes de sentido implícitas na linguagem. As biografias e histórias pessoais são dependentes das versões disponíveis no ambiente cultural previamente, incluindo “as expectativas sobre uma trajetória de vida adequada” (RIESSMAN, 1993, p. 18). Deste modo, as histórias são lugares para a construção de si e para a identidade.

Dentro desta perspectiva de análise, pretendo responder as questões da pesquisa, analisando os significados codificados na narração, incluindo também o conteúdo implícito,

mas que de alguma forma se apresenta:

A estratégia privilegia a experiência do narrador, mas interpretação não pode ser evitada. As narrativas individuais estão situadas em interações particulares mas também em discursos sociais, culturais e institucionais, que devem ser mobilizados para interpreta-las. Nem podem investigadores negligenciar questões de poder: de quem é a voz representada no produto final? Quão aberto é o texto para outras leituras? Como estamos situados nas narrativas pessoais que coletamos e analisamos? (RIESSMAN , 1993, p. 61).

## 4 RESULTADOS DA ANÁLISE DAS NARRATIVAS E DISCUSSÃO

“Descobrir consiste em olhar para o que todo mundo está vendo e pensar uma coisa diferente”.

(Roger Von Oech)

### 4.1 A narrativa da mulher

Eu e Maria nos encontramos na Praça de Messejana, em um sábado pela manhã. Este foi o local decidido por ela quando combinamos pelo telefone. Ela ia para a praça para realizar um passeio com os filhos e aceitou realizar a entrevista durante esse passeio. Acomodamo-nos em um banco da praça embaixo de uma árvore à sombra, enquanto os filhos ficaram com o pai em outro ambiente da praça. Ela mostrou-se bastante solícita para participar da entrevista. Foi explicado antes como se daria a estrutura da entrevista, esta concordou com a gravação e com a estrutura proposta.

Maria mora no Bairro Curió<sup>1</sup>, tem dois filhos e está grávida de um terceiro. Na primeira parte da entrevista, Maria conta que foi casada quinze anos com José, mas atualmente vive com Antônio e espera uma filha dele. Maria trabalha como empregada doméstica para sustentar a família e conta também com a ajuda financeira de José, que paga mensalmente a pensão dos filhos, ajudando-a no que for preciso, segundo ela. Ela diz ter passado por alguns episódios de violência com seu primeiro marido (José), tendo acionado a Lei Maria da Penha.

Maria inicia a narrativa falando que é filha adotiva, que perdeu muito cedo os pais e foi criada por uma amiga de seu falecido pai. Ela conta não ter tido uma vida fácil com essa família e, na primeira oportunidade que encontrou, saiu de casa. Ela conta que conheceu José, não explicita aonde nem como, mas que logo se envolveu com ele, perdeu a virgindade e resolveu casar. Aos dezenove anos teve seu primeiro filho. Relata que o relacionamento com José foi marcado por “idas e vindas”, algumas vezes eles se separaram, tiveram muitas brigas e discussões. Segundo Maria, um dos grandes problemas foi a traição de José e seu consumo exagerado de bebida alcoólica. Ela decide ter um segundo filho para salvar o casamento deles, mas mesmo assim o casamento foi bastante marcado por confusão e agressões. Maria narra

---

<sup>1</sup> Curió é um bairro na cidade de Fortaleza, que é considerado uma zona de periferia com alto índice de violência urbana.



claramente que as agressões eram da parte dos dois, sendo muitas vezes começadas por ela. Ela conta que resolveu denunciá-lo com base na Lei Maria da Penha, pois ele a fez “passar por muita vergonha na rua”, denegrindo-a com palavras de baixo calão.

Ainda na primeira fase da narrativa de Maria, ela afirma que mesmo com tudo que ocorreu, ela acha José um “homem bom” e que já tentaram voltar algumas vezes, mas ficou com medo, pois já havia tentado durante quinze anos. Ela conta que acabou se envolvendo com outra pessoa e engravidou desta.

Maria conta que está há seis meses com o atual marido, mas não está gostando da sua situação atual, pois afirma trabalhar bastante para sustentar os filhos e a casa, enquanto o companheiro mostra-se desinteressado em crescer financeiramente e investir na filha. Maria diz se ver novamente com novas discussões com esse atual marido, salientando que não quer que os filhos assistam novamente as discussões. Ela conta que quer romper com a relação com o atual marido, visto que está se esforçando sozinha financeiramente para comprar o enxoval para filha e para sustentar a casa. Maria termina a primeira parte da narrativa contando que a sua família adotiva lhe “deu as costas” depois que se envolveu com o atual marido.

Na primeira parte da entrevista, que é nomeada de “narrativa central” ou “relato espontâneo” Maria seguiu abordando as seguintes temáticas:

- ✓ Orfandade precoce, a mãe morre quando ela tinha sete meses de vida e logo em seguida, dez meses depois, o pai morre.
- ✓ Infância difícil, os pais que a adotaram não a tratavam da mesma forma que as filhas biológicas.
- ✓ Primeira oportunidade de namoro foi José.
- ✓ Perda da virgindade.
- ✓ Deixa o lar, passa a morar com José.
- ✓ Primeira separação de José, relacionamento de idas e vindas.
- ✓ Gravidez do 1º filho.
- ✓ Traição do marido (José).
- ✓ Sofrimentos e brigas.
- ✓ Nova separação de José, foi morar com a mãe durante dois meses.
- ✓ Volta para José, decidida a engravidar para melhorar o casamento.
- ✓ Elogios ao José como pessoa e como pai.
- ✓ Afirmação de que a bebida é que estragava José.

- ✓ Discussões e agressões que ela diz, muitas vezes, iniciar.
- ✓ Filhos assistem as brigas dos pais.
- ✓ Dá parte do marido José (Lei Maria da Penha).
- ✓ Envolvimento com outro homem, indo morar com o novo marido.
- ✓ Gravidez do segundo marido.
- ✓ Decepção com o novo marido.
- ✓ A família (mãe adotiva e irmãos) rompe a relação com Maria depois do envolvimento com o segundo marido.

Maria organizou a sua narrativa, ordenando suas experiências, de modo a produzir um relato coerente sobre sua pessoa e os fatos que envolveram a convivência com José. Nessa construção dialógica comigo, elaborou a imagem de uma mulher sofrida do ponto de vista conjugal, e na sua história familiar, uma imagem de mãe cuidadosa com os filhos. A narrativa de Maria é uma produção estruturada e organizada, com uma busca contínua de coerência entre os eventos e fatos desconexos de sua vida (BRUNER, 1997; GRANDESSO, 2000). Deste modo, através da narrativa de Maria é possível acompanhar os vários eventos, situações e juízos que Maria evoca para se mostrar inteligível para mim: a morte de seus pais biológicos alterando sua trajetória, as consequências adversas enfrentadas (ter ido morar com outra família e ter sido tratada como empregada - ter se envolvido precocemente com José - ter engravidado) até o desfecho insatisfatório de continuar vivendo uma relação conjugal frustrante, mesmo estando em novo relacionamento. A narração ainda permite observar como Maria avalia o que passou, introduzindo no relato momentos reflexivos sobre aspectos positivos e negativos de seu percurso. Num desses momentos ela diz: “mas para mim faz diferença não, apesar de estar passando por certas coisas, eu estou bem”.

Ao final dessa fase inicial prosseguimos com algumas perguntas do que não ficou claro e outras perguntas que direcionavam mais algumas temáticas que nos propomos a pesquisar. Na narrativa central Maria não falou sobre o episódio de violência que a fez acionar a Lei Maria da Penha em relação a José. Na sua narrativa espontânea, a violência no seu casamento com José foi silenciada, fazendo-me perguntar de forma mais direta sobre a situação. Maria narra que a situação de agressão física foi vivenciada por ela apenas uma vez. E nesse momento ela acionou a Maria da Penha, ou seja, ela não se submeteu anos à agressão física, como muitos casos de mulheres que sofrem a violência de gênero.

No segundo momento, já terminada a sua narrativa espontânea, diante de algumas perguntas, Maria narrou as agressões que assistiu do pai adotivo, o abuso sexual sofrido deste

pai adotivo e o arrependimento de ter deixado José para ficar com o seu atual esposo, junto com a frustração de perceber que o atual esposo não corresponde às suas reais necessidades. Narra também a situação de estar grávida novamente do atual esposo, que no começo pensou em abortar e depois decidiu realmente prosseguir com a gravidez pela filha “não ter culpa de ter vindo ao mundo.” Ainda nessa segunda parte, Maria compara bastante o atual esposo com José, sempre valorizando José, afirmando que ele é a pessoa que ela procura para conversar quando não está bem.

Ainda no que se refere à narrativa central ou relato espontâneo, ela parece justificar seu envolvimento precoce com José, como modo de contornar as dificuldades de sua infância e adolescência como filha adotiva. Noutras palavras, esta encontra em José uma forma de escapar de sua realidade doméstica, justificando a sua decisão de se envolver emocional e sexualmente com o primeiro namorado.

Eu sou filha adotiva, né. Minha mãe, no caso, minha mãe faleceu eu tinha o que? Tinha 7 meses. Não gosto nem de falar. Em seguida em 10 meses meu pai faleceu e antes dele falecer, ele tinha essa senhora que era amiga dele e me pegou para me criar, né. Só que, assim, tinha as filhas deles, me tratavam diferente e assim, quando eu me envolvi com o José, eu tinha 14 anos. Ai a primeira oportunidade que eu tive de sair de casa, de ter um namorado, de me envolver com alguém, de morar com alguém. Me envolvi com ele, namorei com ele, perdi a virgindade com ele. Fui morar com ele.

Maria, deste modo, encontra no casamento um modo de sair da situação de sofrimento que esta vivia na sua família adotiva, fato que irá ser mais bem explicado posteriormente. “Sair de casa” significa sair de uma situação de mal-estar e vulnerabilidade, ganhar mais autonomia, poder e prazer. Tal discurso não é incomum em relatos de mulheres sobre a vida conjugal. O casamento para a mulher foi durante muitos anos (e ainda é em alguns contextos socioculturais) o grande objetivo de vida, senão o principal, que se fundamenta no papel atribuído às mulheres na reprodução social. Em certos contextos de precariedade material e de forte patriarcalismo, um dos meios de subsistência das famílias ainda é casar as filhas. O caminho para o sucesso da mulher, portanto, seria o “bom” casamento, capaz de assegurar-lhe teto, alimento, segurança para si e para os filhos.

O caminho do casamento como principal trajetória feminina vem dando lugar ao caminho do mercado de trabalho, à medida que avançam as conquistas sociais em especial, aquelas trazidas com os movimentos feministas. Hoje é cada vez mais comum escutar de mulheres a aspiração à educação e capacitação profissional como meio básico de ascensão e emancipação social.

O papel da mulher, diante das mudanças socioeconômicas e culturais impulsionadas na segunda metade do século XX, sofreu mudanças e continuidades. Como já afirmou Biasoli-Alves (2000), a maior escolarização e a profissionalização da mulher renderam, além de ganhos pecuniários, espaços crescentes de discussão e crítica sobre as relações de gênero e maior questionamento sobre desigualdades entre homens e mulheres. Contudo, essas transformações ocorrem de modo complexo e heterogêneo. No Brasil, apesar das mudanças na mentalidade da mulher resultantes de sua inserção no mercado de trabalho, é comum ainda a filha ser retirada da escola e posta para ajudar nos trabalhos domésticos em casa, como também interromper seus estudos ou trabalho para se preparar para o casamento, o que pode ser inclusive antes dos 18 anos. Em certos contextos mais tradicionais, a união precoce das filhas pode, inclusive, aliviar os pais da função de “tomar de conta” da filha moça que, via de regra, é vista de forma frágil, ingênua e influenciável e que, sobretudo, deve se manter virgem até o casamento, sendo uma responsabilidade dos pais e até do irmão mais velho estes cuidados.

Maria, ao se posicionar como alguém que precocemente buscou “sair de casa” e casar para fugir dos seus problemas domésticos, de certo modo, assume um posicionamento de “mulher do passado” que não pôde ver outros caminhos alternativos para sua autonomização, como por exemplo, a profissionalização e o trabalho. Biasoli-Alves (2000, p. 239) atenta para o fato de que nós não devemos cair na ilusão de que a mulher do século XX (e XXI) é inteiramente diferente de 80 ou 100 anos atrás, entendendo que permanecem discursos e práticas duradouros de assujeitamento feminino: “Obviamente não, há muitas continuidades a serem consideradas. Os valores que os mais velhos cultivaram e buscaram imprimir nos seus filhos e netos estão ainda presentes, hoje, mesmo que sob outras ‘roupagens’.”

Algo que a princípio também chamou bastante atenção na narrativa de Maria é que ela vivia na sua família adotiva uma situação de violência sexual com o padrasto, fato que esta só conta no segundo momento da entrevista, momento em que relata, também, como também não se sentia filha desses pais. Maria, deste modo, já vivia uma situação de violência de gênero, no formato de abuso sexual:

Quando eu disse no começo, como eu era filha adotiva eu via muita diferença entre mim e as filhas dele. Ele cuidava das filhas dele de um jeito e de mim era de outro. E de mim era assim, eu , as filhas dele dormindo no quarto, eu dormia na cozinha. E no caso o José nunca gostou dele porque eu falava para minha mãe ‘mãe de madrugada eu me levanto o pai tá nu. Meu pai está do lado minha rede, nu só de cueca, pegando no meio seio, nas minhas coxas.’ Ela dizia que era mentira minha.

Neste trecho podemos constatar, primeiramente, que havia na família adotiva de Maria uma relação em que o pai a via como objeto de sua satisfação sexual; ao invés de protegê-la, ele abusava daquela a quem havia sido confiada como filha, tocando-a de forma libidinoso. Podemos constatar como a relação desigual de gênero na família é acentuada nessas condições.

Osterne e Silveira (2012) afirmam que a desigualdade estabelecida nas relações de gênero é construída através da elaboração cultural dos papéis sociais de homens e mulheres. Tais papéis são construídos e transmitidos no processo de socialização. A sociedade atribui às mulheres, desde crianças, comportamentos delicados, dóceis e passivos. Em contraposição, aos homens é atribuída a posição de tomada de iniciativa, agressividade, altivez e superioridade. Parece que a atitude da mãe de Maria, ao não acreditar na filha, que diz ser abusada pelo pai, também traduz a passividade feminina, qualidade atribuída cultural e historicamente às mulheres, que a leva a aceitar a versão masculina. Tais desigualdades e assimetrias de gênero revelam-se nos momentos de convivência, estão presentes na família, no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas, na intimidade.

O abuso sexual realizado pelo pai adotivo de Maria é um tipo de violência que evidencia formas de opressão favorecidas em relações de base patriarcal. O conceito de patriarcado refere-se ao sistema social em que o masculino oprime o feminino, “caracterizado por uma economia organizada que o sustenta, na qual as mulheres são objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, reprodutoras de trabalho”. O Patriarcado é, deste modo, um sistema marcado pela dominação e a exploração do sexo feminino pelo masculino (OSTERNE, 2008, p. 134).

Podemos perceber que lidamos com dois conceitos, o de gênero e o de patriarcado. Osterne e Silveira (2012) contribuem para a discussão ao afirmarem que Saffioti (2004, p. 104) defende o uso do conceito de gênero como mais abrangente, uma vez que o conceito do patriarcado diz respeito às relações entre os sexos nas quais impera necessariamente a dominação masculina. Já o termo gênero “pode englobar tanto relações não hierarquizadas como relações em que ocorra a dominação-exploração de um sexo sobre o outro.” Osterne (2011) ainda afirma que diferenciar tais termos é pertinente, posto que gênero deva abranger não só dimensões da relação homem-mulher, mas também as relações homem-homem ou mulher-mulher. Deste modo, os dois termos se diferenciam e não podem substituir um ao outro.

Na narrativa de Maria podemos perceber como certos discursos hegemônicos são utilizados para construir o que é próprio do feminino e do masculino. Em certo trecho da

entrevista, Maria relata: “[...] quando voltei, fui decidida a engravidar, ter uma menina para ver se o meu casamento melhorava”. Esse fragmento diz respeito a uma das separações de Maria e José, em que ela resolve retomar o relacionamento, pretendendo engravidar de um segundo filho, com o intuito de salvar o casamento. Nesse sentido, Maria acredita que a maternidade e a vinda de uma nova criança pode dar um novo rumo ao casamento conflituoso. Um conjunto de narrativas culturais poderosas fazem-se presentes nesse tipo de juízo e decisão: o casamento como instituição venerável em que qualquer sacrifício visando a sua manutenção vale a pena, a maternidade como dom feminino e principal papel da mulher, a mulher como “cuidadora” da família, que deve envidar esforços para mantê-la unida e em harmonia.

Maria confia que o nascimento de uma filha satisfaria o marido que gostava de crianças e era bom pai. A maternidade, no contexto de Maria, passa ter como função satisfazer José e amenizar os conflitos do casal. Tal como Fiorin et al (2011) afirmam, a maternidade pode ser concebida tanto como um símbolo de opressão, dominação e controle do homem sobre a mulher, no sentido de função natural e praticamente compulsória, como também pode ser entendida como um privilégio exclusivo da mulher. É mediante a barganha dessa função materna que Maria relata ter se empenhado na salvação de seu casamento.

Outro trecho da narração ressalta a forma como Maria constrói os papéis de gênero, desta vez, sobre o masculino. Maria queixa-se do atual esposo, afirmando estar insatisfeita com ele por não se esforçar para manter financeiramente a casa e o enxoval da filha: “Que assim, eu sou muito esforçada, trabalho em casa de família ainda, na situação que eu estou. Faço todos os afazeres em casa. E esse que eu estou agora, é muito desinteressado. A gente tinha uma casa, eu e ele, vendi, comprei uma casa, comprei um carro”. Mais adiante Maria afirma: “tudo que eu uso hoje, são minhas coisas. Eu tô vendo que não tá tendo futuro nesse atual. Mandar esse atual... Estou me esforçando sozinha sabe?”. Maria ainda complementa: “Eu não vejo interesse nele de comprar as coisas, de ter as coisas, de comprar. Tudo é eu, parece que ela (se referindo a filha) só tem mãe”.

Maria demonstra nesses fragmentos as expectativas culturais referentes à função masculina. Deste modo, ela delimita como função masculina a de ser provedor da casa, função essa assumida por José no primeiro casamento. Maria passa boa parte do relato comparando o atual esposo ao ex-esposo. De fato, como lembram Fiorin et al (2011) e Basioli-Alves (2000), no sistema familiar tradicional, o homem tinha estritamente como função as realizações profissionais, que envolviam o trabalho remunerado e a responsabilidade por garantir a moradia, a alimentação e o lazer dos membros da família. Tal

função de provedor e chefe da família influenciava que o homem assumisse como características a competição e agressividade. Em contrapartida, a mulher já assumia como função os cuidados com o âmbito doméstico, incluindo a administração da casa e os cuidados com os filhos. Deste modo, algumas características são estimuladas e identificadas, como a sensibilidade, a capacidade de observação, o cuidado e a afetividade. Esses papéis sociais, as qualidades e modos de ser femininos e masculinos são transmitidos a homens e mulheres por meio do processo de socialização (OSTERNE; SILVEIRA, 2012). Maria, deste modo, questiona no atual esposo sua falha em corresponder às suas expectativas do que é próprio do masculino, na sua visão.

Fiorin et al (2011) afirmam que a mulher, na contemporaneidade, vive em função de múltiplas possibilidades de ser, desenvolvendo diversas funções na sociedade, como profissional, mãe, dona de casa, dentre outras. Diante desta multiplicidade de funções, a mulher hoje vive em uma situação bastante atribulada. Maria narra o seu dia cheio de atividades e afirma que o atual esposo não a ajuda. Nos trechos podemos ver que ela se frustra por este não ter contribuído financeiramente com o enxoval da filha, nem com a aquisição de outros bens importantes. Maria repete os pronomes “meu” e “minha”, referindo-se à posse dos bens como carro, casa, cama. Nesse sentido, embora sua capacidade de consumo espelhe a atual participação da mulher brasileira no mercado de trabalho e a conquista de maior nível de autonomia financeira, Maria ainda deixa revelar que seu ideal de homem é o provedor da família tradicional. Maria em diversos momentos da narrativa elogia José, por este a ajudar financeiramente, “não deixar faltar nada” para os filhos. Inclusive, em alguns momentos, demonstra arrependimento por ter se relacionado com o atual esposo e não ter continuado com José.

Apesar de o ex-marido exibir essa qualidade desejável de homem provedor tradicional, outras atitudes também decorrentes da masculinidade hegemônica a colocam em posição de confronto com José, culminando no fim do casamento. No relato, ela narra como não aceitou passivamente as agressões verbais do ex-marido. No episódio, ela estava em um bar com os filhos, uma amiga e o irmão da amiga, quando chega José exigindo que ela lhe acompanhe de volta a casa: “Aí ele chegou ‘vamos para casa!’ Aí disse uns palavrões comigo, aí eu: ‘não, eu vou a pé’. Eu vim a pé e vou voltar a pé. Aí quando chegou em casa começou a dizer as coisas comigo, né.” Esse tipo de situação é bastante comum a grande parte da população feminina à mercê de parceiros enciumados e possessivos, e usualmente antecede episódios de violência física enquadrados na Lei Maria da Penha. No caso específico relatado, Maria não se submete às ordens do marido, contestando sua legitimidade e demonstrando sua

resistência ao poder masculino.

Alguns autores inserem nessa discussão sobre violência de gênero, o conceito de poder nas relações. Referindo-se a poder, Scott (1995) afirma que o estudo de gênero diz respeito ao estudo da estruturação da vida social e dos sistemas simbólicos, que abrange os símbolos, as metáforas e os conceitos construídos que contribuem para os modos de ser dos indivíduos e grupos na sociedade. Na visão da autora, o ser humano assimila regras, costumes e normas que incorporam uma visão do poder masculino em detrimento do poder feminino. Scott (1995) apropriando-se também das discussões de Foucault, afirma que o poder não é tido como algo global e unitário, mas é considerado uma prática construída historicamente. De fato, Foucault (2004, p. 248) afirma que o poder é uma rede intrincada e aberta de relações psicológicas e sociais “mais ou menos organizada, mais ou menos piramidalizada e mais ou menos coordenada.” O poder, portanto, não é algo que alguém “possua” como coisa, mas uma relação, uma negociação, algo que está disseminado em conceitos, práticas, formas de nomear, instituições, normas etc.

Machado (1996) na sua obra “Por uma genealogia do poder”, ao esmiuçar o conceito de poder formulado por Foucault, afirma que, ao falarmos sobre poderes, falamos de algo que não está localizado em um ponto específico da estrutura social, pois funciona como uma rede que engloba tudo e a todos. Deste modo, o poder em si não existe. Nas próprias palavras de Foucault (1991, p. 132):

O poder é algo que não existe. Isto é, a ideia de que está em um local determinado, ou emanando de ponto determinado, algo que seja um poder me parece que repousa sobre uma análise limitada, e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. O poder, na verdade, são relações, um conjunto aberto, mais ou menos coordenado, de relações.

Conforme Foucault (2004), toda relação é uma relação de poder, na medida em que os indivíduos procuram agir sobre o outro com o objetivo de atingir seus objetivos. Para este não há um poder em si, existe as relações de poder. O poder, na visão de Foucault, é algo construído historicamente, estando em constante transformação, não se configura em um ponto único ou central, mas permeia todas as relações e é “favorecida pela intercomunicação humana.” (FERNANDES, 2010, p. 39). O poder não é, portanto, apenas coercitivo ou repressor, este também pode ser produtivo, atuando sobre as práticas e técnicas inventadas.

Foucault (2004) ainda assinala que o poder é algo fluido e dinâmico, no sentido de que as relações de poder sempre implicam também a resistência, fuga, negociação, ou uma nova forma de organização. Como se explicam então as relações de dominação? Conforme



Foucault (2004) as relações de dominação já não se referem a relações de poder em si, são relações de poder que passam a ser estáticas e rígidas, minimizando as possibilidades de resistência ou até rompimento da relação.

Maria ora parece recorrer a um discurso de autonomia e igualdade de gênero para resistir ao poder masculino exercido por José em certas situações (por exemplo, desobedecendo às ordens do marido de acompanhá-lo de volta para casa), ora parece se valer de discursos que tendem a sustentar a família tradicional e a dominação masculina (por exemplo, do homem provedor, chefe da casa) que tendem a levar as mulheres a se submeter aos seus companheiros e aguentar abusos.

Maria também revela suas tensões com o atual marido quando ele bebe, especialmente quando discutem sobre quem está autorizado a controlar a bebida alcoólica:

[...] que era assim, se eu disser ‘tá bom, chega’. Ele diz ‘vai nascer uma mulher que vai mandar em mim’. Eu dizia ‘Você não já bebeu o suficiente bastante, então para quê beber até cair, até não se aguentar mais?’ Ele acha que bebe próximo de casa, aí tá bom. Mas eu não dependo dele praticamente para nada. Porque assim o pai dos meus filhos me dá a pensão dos meninos, eu recebo bolsa família, trabalho na casa da minha vizinha que é minha cunhada que é irmã dele.

Nesse trecho podemos identificar que o atual marido de Maria não aceita a sua imposição (“tá bom, chega”), recorrendo a um discurso hegemônico masculino mediante a máxima machista “vai nascer uma mulher que vai mandar em mim”. Contudo, Maria defende sua posição para a entrevistadora, recorrendo a um discurso igualitário entre os gêneros com base na sua independência financeira (obtida mediante salário, pensão e bolsa). Com isso, afirma sua legitimidade ao recusar a bebedeira e o machismo do esposo, sugerindo não estar disposta a tolerar esse tipo de atitude no futuro.

De fato, Saffioti (2004 apud Osterne e Silveira, 2012, p. 106), ao discutir sobre o poder nas relações, defende que os dois gêneros exercem poder, mas de maneira desigual: “A pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.” A mulher, por exemplo, encontra formas de, no espaço que tem disponível, desenvolver estratégias de reação e resistência à dominação masculina. Deste modo, por exemplo, no cotidiano doméstico - onde esta, via de regra, tem um controle maior na educação dos filhos e na administração do lar - é onde a mulher tende a desenvolver formas de contestar e reagir a práticas de gênero que a oprimem.

As relações de gênero se configuram como relações de poder que, mesmo não distribuídas simetricamente, abrem espaço para negociação e mudança. Tanto os homens que

mantém práticas masculinas dominantes, como as mulheres que procuram maior autonomia, resistindo a tais práticas, podem criar mecanismos de negação dos papéis sociais impostos pela cultura. (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

Maria, deste modo mostra resistência à submissão e à dominação masculina nos dois casamentos. Maria utiliza os espaços disponíveis para reagir às imposições do atual marido, por exemplo, afirmando que todos os bens são dela, que ele não tem para onde ir e que ela não precisa dele – falas repetidas na sua narrativa.

Em relação à família adotiva de Maria, a violência de gênero é relatada especialmente no que se refere ao abuso sexual do pai adotivo, como também às suas agressões para com sua esposa, mãe adotiva de Maria. O fato é narrado por Maria quando eu pergunto se a história dela se parece com a de alguém na família. Ela responde:

É eu vi essas coisas, não sei se o meu padrasto traía a minha mãe, mas aconteceu muitas dessas coisas, bebida, violência dentro de casa. Acontecia muito. Ele batia nela muito. Aí chegou o fim. No caso ela aguentou trinta e cinco anos, ela foi e deixou ele.

Chegamos a um dos pontos que nos propomos a estudar nessa pesquisa: analisar o processo de transmissão geracional da violência de gênero na família. Segundo Sousa e Carvalho (2010) transgeracionalidade trata-se da transmissão de significantes maternos e paternos e de seus ancestrais que é realizada por efeitos de linguagem. Ainda segundo Narvaz e Koller (2006), significa a *herança* transmitida de uma geração à outra com o amparo social e cultural. São transmitidos, assim, também conteúdos implícitos, tais como silêncio, segredos e tabus. Essa transmissão inscreve a criança na história familiar e esta tende a continuar a história, repetindo-a.

Maria é inserida na família adotiva com apenas 7 meses de idade. A partir da sua inserção no ambiente familiar, ela passa a se envolver com as formas de significação culturalmente disponíveis, muitas vezes, narrativas dominantes sobre papéis sexuais sobre o que convém ao homem e a mulher, sobre as fontes de conflito e como solucionar as tensões conjugais. Tais narrativas negociadas na família (incluindo as que perpetuam a violência de gênero) tendem a ser transmitidas entre gerações. Na família, como o nível de interação é intenso, herdamos as crenças, os valores, os costumes, os mitos, os tabus, e os segredos de família, que são repassados de membros a membros.

Contribuindo para a discussão sobre a transmissão dos significados socialmente aprendidos, Bruner (1997, p. 23) afirma que:

[...] a criança não entra na vida do seu grupo como num esporte autista, privada de processos primários, mas como participante em um processo mais amplo, no qual os significados públicos são negociados. E nesse processo, os significados não são utilizados em vantagem própria a menos que possam ser compartilhados.

Deste modo, a família como um grupo social e berço que acolhe a criança representa um sistema de relações que repassa significados, que por sua vez são negociados, ou seja, a criança participa do processo de construção desses significados. Também sabemos que a família é decorrente da história e da cultura, pois está estritamente ligada ao contexto social, no qual originam papéis e comportamentos dos seus membros.

Em outras palavras, não somos simplesmente frutos dos valores, dos costumes transmitidos pelos nossos pais e ancestrais, podemos negociar e encontrar novos caminhos. Como Elkaim (2000, p. 51) afirma, “temos o direito de existir e dizer o que queremos, pois esse direito que nos concedemos também libera nossos filhos de precisarem carregar o peso das nossas dificuldades.”

Levando em consideração a narrativa de Maria, pode-se observar que o padrão de violência na sua família adotiva (a mãe passou por agressão durante trinta e cinco anos) é questionado e recusado. Não se pode afirmar que Maria foi uma mulher que se submeteu à agressão física de José, tal como sua mãe o fez. Ela conta que, ao ser agredida por José, ela lembrou da mãe e pensou que não gostaria de passar pelo mesmo sofrimento dela:

[...] eu acho que eu tava fazendo o que eu vi minha mãe fazendo. Meu pai chegava dizendo as coisas com ela, ele chegava a avançar nela, como se fosse fazer o gesto de bater. Ela não aguentava já dava um empurrão, ele se zangava e batia muito. Ela dizia que se ficasse parada ele ia bater do mesmo jeito. Eu acho que se eu deixasse José me bater sem eu reagir ia acontecer a mesma coisa.

Deste modo, Maria responde a uma situação familiar, testemunhada em sua casa, vendo a mãe ser agredida, mas também revidando as agressões sofridas. Em sua narrativa Maria deixa claro que, muitas vezes, ela mesma começava as agressões, não se submetia a ordens do marido e utilizava de estratégias para aumentar seu poder de decisão, apoiada no fato de que possuía bens, trabalhava e ganhava bolsa-família. Maria aderiu a uma postura de combate à submissão que ela assistiu na história da mãe adotiva, porém, rejeitando à longa convivência desta com o marido abusivo. Neste trecho da sua narrativa ela se atenta para o fato de não querer repetir o que a mãe viveu. A transmissão geracional, deste modo, se deu de uma forma que Maria recusa a experiência da mãe para si: apesar de a mãe também resistir muitas vezes aos abusos do marido, em muitos momentos submeteu-se e conservou o

relacionamento durante trinta e cinco anos. Neste sentido, Maria mostra que se empenhou em não se submeter às agressões de José.

Segundo Koller (1999), a consciência sobre a história de violência vivida por familiares e outras pessoas no passado pode ser um indicador de proteção social, pois sabendo da violência vivenciada anteriormente, o sujeito pode evitar ao máximo sofrer também maus tratos. Assim, poderá proporcionar o rompimento do ciclo de transmissão geracional de violência.

Outro elemento que aparece na narrativa de Maria, que é crucial demarcar aqui, é a questão da influência do álcool nas brigas e desentendimentos com o primeiro marido. Como se pode perceber nesse fragmento da sua narrativa:

Mas ele é um homem muito bom, pai presente. Não deixa faltar nada para os filhos. Não deixava faltar nada pra mim. Só que o problema que tinha era bebida. A bebida era o que estragava muito ele. Quando ele começava ele não queria mais parar. Um dia eu só cheguei mesmo a separar dele, porque já tinha acontecido muita violência entre nós dois.

Maria, deste modo, relaciona a bebida aos desentendimentos do casal. Rabello e Caldas Junior (2007) apontam o álcool com uma das condições para a repetição de interações violentas nas famílias. Em seus estudos, observaram que o risco de violência física contra a mulher é seis vezes maior em famílias que consomem álcool, comparado a famílias que não o consomem. O fato de a bebida alterar o estado de consciência e poder intensificar determinadas reações emocionais pode facilitar para que ocorra a violência física. No caso de Maria e José, a violência física não acontecia constantemente, contudo, esta descreve que em diversos momentos aconteciam empurrões e em certa ocasião esta caiu e se feriu, levando-a a acionar a Maria da Penha. A violência física é descrita por Fuentes, Leiva e Casado (2008) como a ação voluntária que provoca dano ou lesões físicas, geralmente através de empurrões, bofetadas ou socos.

Algo que me chamou bastante a atenção na narrativa de Maria foi o fato de ela não comentar sobre os episódios de violência com José na narrativa espontânea. Ela não comentou sobre o dia que denunciou José e ele foi preso com base na Lei Maria da Penha. No segundo momento da entrevista pergunto de forma mais diretiva e ela conta:

Foi assim, eu trabalhava em uma casa em frente a minha. E essa mulher que eu trabalho na casa dela, ela tinha um irmão. Um irmão que estava recém separado, mesmo tempo que eu, só que ele tava separado uns 3 meses antes. Aí tava na casa dela, tava com um mês que ele tava morando. Só que ele não tinha ciúme de mim com esse rapaz, o negócio foi porque a gente foi pra uma lanchonete, barzinho. Nesse dia era para semana santa, ele bebeu muito, bebeu muito mesmo. Aí ele

pegou, quando ele chegou, a gente já não estava bem. Aí ele passou por mim no carro aí parou o carro, deu um murro na mesa. Nessa mesa tava eu, minha patroa, mais o irmão dela, com a moça que ele tava namorando, ficando, mas o namorado da minha patroa e os meus dois filhos sentados lanchando do lado deles dois. Aí ele chegou ‘vamos para casa!’ Aí disse uns palavrões comigo, aí eu: ‘não, eu vou a pé. Eu vim a pé e vou voltar a pé.’ Aí quando chegou em casa começou a dizer as coisas comigo, né. Foi quando ele disse que não queria confusão, aí saiu, e quando chegou 10 e meia da noite. Chegou batendo o portão. Meus filhos estavam cochilando lá. E eu só imaginando a confusão que ia fazer. Aí ele começou a discutir de novo, pediu pra eu abrir a porta do quarto eu não abri, aí ele empurrou aí quando empurrou, eu caí atrás da porta, quando eu vi a mão dele veio, aí eu cai, aí arranhei meus braços na parede, que era textura. Nisso meus vizinhos já tinha chamado a polícia. Já tinha três chamadas que o soldado disse, três ocorrências né, que já tinham ligado lá para o CEOPS. Eu já tinha ligado, só que o rapaz disse que já tava a caminho. Aí depois disso o soldado chegou, aí minha filha e meu filho disse que ele tinha me empurrado, aí ele disse ‘nós vamos ter que lhe levar’, aí levaram ele, aí ele foi preso de quinta pra sexta.

Maria descreve a situação que levou José a ser enquadrado na Lei Maria da Penha e que a distingue de muitas mulheres que adiam a denúncia contra maus-tratos de parceiros íntimos. De fato, não podemos enxergar Maria como mulher passiva diante da agressão do marido. Conforme Narvaz (2005), pesquisas demonstram que, embora as mulheres em situação de violência não detenham o *poder*, elas têm poderes e nem sempre são vítimas totalmente passivas e estagnadas diante dos abusos masculinos. Conforme Strey (2000) a submissão e resistência fazem parte da vida das mulheres. Noutras palavras, a mulher não é apenas vítima, esta apresenta em sua potencialidade a capacidade de assujeitar-se (submissão) e de assumir uma atitude favorável à mudança na relação (resistência), podendo, assim, chegar a romper com a relação.

Estudos feitos pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEMP) constataram que a situação de violência muitas vezes é cíclica, ora as mulheres passam por momentos de submissão, ora por momentos de resistência. Muitas vezes encontram diversos obstáculos na busca de proteção e reparo, resultando em desgaste emocional e retornam à posição de assujeitamento. Meneghel e Farina (2003) identificaram em seu estudo que as mulheres buscam formas de resistir à violência no seu cotidiano, tais como a realização do Boletim de Ocorrência (B.O) ou mesmo a separação, mesmo que, em algumas situações, o ciclo de violência retorne com o novo companheiro.

Deste modo, faz-se necessário entender como se dá o *ciclo da violência* no qual a mulher em situação de violência se insere, a partir da compreensão de alguns autores. Walker (1979) procurou explicar o contexto de violência entre homens e mulheres que vivem relações afetivas, ao indicar as razões pelas quais a vítima tem dificuldade de romper com o ciclo da violência, através da denúncia ou divórcio. Segundo o autor, o ciclo da violência apresenta

três fases distintas, as quais variam em relação à intensidade e ao tempo de duração. Vale ressaltar que não necessariamente o ciclo acontece em todos os casais, porém, este é pertinente em boa parte dos casos.

A primeira fase do ciclo refere-se a um momento de acumulação de tensão e é demarcada por provocações e discussões. Segundo a autora, nessa fase acontecem pequenos incidentes de violência. Os sujeitos em questão não conseguem restaurar o equilíbrio de relação. Qualquer situação externa pode causar uma tensão intolerável. No caso de Maria, podemos entender de forma clara essa fase quando esta narra o momento que ela nega voltar com o marido para casa, quando estava no barzinho. Ela o nega na frente das pessoas. Ao chegar em casa, eles ainda discutem, o que aumenta mais ainda a tensão.

Na segunda fase do ciclo da violência, Walker (1979) afirma que ocorre a “rexplosão”, causada pela falta de previsibilidade e controle, podendo ocorrer um incidente de espancamento grave. A mulher sente-se com raiva, insegura, sensação de que é inútil escapar, mas muitas vezes procura um lugar seguro e ajuda para sair do ciclo. Nessa fase pode acontecer também de a mulher procurar ajuda policial e jurídica. Esta fase é ilustrada quando Maria foge do marido enraivecido, se escondendo atrás da porta. O acúmulo de tensão provoca a explosão: o marido parte para empurrar a porta e desfere um soco que a machucam.

Em um terceiro momento, Walker (1979) afirma que acontece a fase da lua de mel, pois, depois da explosão, o agressor, muitas vezes, se redime, faz promessas de melhorar seu comportamento e cuidar da relação. Nessa fase, a mulher pode passar a ter esperanças de que o agressor realmente “mude” e, nesse momento, pode tentar, por exemplo, desistir de buscar ajuda e solicita que o procedimento policial ou judicial seja paralisado. Esse momento também se repete no caso de Maria e José, porque ela tenta retirar a queixa e, ainda na cadeia, ele tenta se redimir, fato identificado nesse trecho da narrativa de Maria:

No sábado eu fui com meu cunhado retirar a queixa, não podia mais tirar que era Maria da Penha né, ali trigésimo. Ai não podia mais tirar então eu teria que...eu só podia tirar em juiz. Meu cunhado arranhou um advogado ai fiquei tentando ir, ali na rua da Universidade retirar a queixa. Mas enquanto isso quando ele tava preso, próximo a minha casa, ele ligava, mandava recado para me deixar as coisas. Eu não ia deixar, mas mandava vir deixar, quando eu ia, não entrava, mas já era uma tentativa de voltar comigo [...]

Maria não retorna o relacionamento com José, mas ao longo da narração oscila em relação à decisão de findar o casamento, sugerindo arrependimento por ter acionado a Lei Maria da Penha e por ter se separado de José e se envolvido com o atual companheiro. Ela também fala que não retornou ao ex-marido porque ele já estava se relacionando com outra

pessoa.

A formulação de Walker (1979) apresenta a mulher que sofre a violência como pessoa que ora apresenta assujeitamento à dominação masculina, ora apresenta atitudes direcionadas para o rompimento do ciclo da violência. Pode-se assim indagar então: que processos fazem que as mulheres se sujeitem à situação de violência, como na terceira fase do ciclo da violência, em que esta muitas vezes decide voltar para o agressor? Que processos as direcionam para o rompimento do ciclo da violência, como descrita na segunda fase pelo ciclo que muitas vezes culmina com o pedido de ajuda policial e jurídica?

Segundo Sousa & Oliveira (2002), existem alguns processos que inviabilizam ou dificultam que a mulher rompa o ciclo da violência, tais como: baixa autoestima; crença de que a violência é temporária; que o agressor pode mudar; dificuldades econômicas; medo de viverem sozinhas; crença de que o divórcio é um estigma; o fato de que é difícil para uma mulher com filhos encontrar trabalho; vergonha de ser vista com uma mulher “espancada”; sentimento de pena do agressor ou o fato de amar o agressor, que, muitas vezes, é o seu companheiro.

No caso de Maria, que deu fim ao ciclo de violência, podemos identificar traços que contribuíram para este rompimento: boa autoestima, autoconceito favorável (ela fala que se considera uma boa mulher), autonomia financeira (tem trabalho remunerado, certo poder aquisitivo, posse de certos bens, como casa e carro, apoio social mediante bolsa-família). Além disso, Maria não tem uma visão penalizada de si e dos companheiros. O caso de Maria contrasta com muitos achados sobre a mulher vítima de violência no país. Sawaia (1995), em seus estudos sobre a classe trabalhadora, afirma que se encontra nas mulheres trabalhadoras pobres uma posição de desvalia e de assujeitamento, bem como dependência econômica dos parceiros, circunstâncias que motivam as mulheres a permanecer casadas com maridos abusivos. Este não é o caso de Maria, que se diz independente tanto de José como do atual esposo.

## **4.2 A narrativa do homem**

Iniciamos a entrevista com José no mesmo local em que foi realizada a entrevista de Maria, na Praça da Messejana. Ele mostrou-se bastante solícito para participar da pesquisa. Eu já havia tido um contato prévio com José no NUAH, quando este participou do grupo reflexivo. Foi um participante extremamente assíduo e participativo em todas as dinâmicas

propostas pelos facilitadores. Foi explicado antes como se daria a estrutura da entrevista, este concordou com a gravação e com a estrutura proposta.

A narrativa espontânea de José foi curta, mas, como pesquisadora, empenhei-me em fazer algumas perguntas para facilitar a construção da narrativa. José tem 50 anos de idade, trabalha como motorista em uma grande empresa em Fortaleza. Maria foi sua terceira esposa, com ela teve dois filhos, únicos filhos que ele teve. O relato espontâneo foi:

O José é um cara, eu me considero um cara gente boa, cara legal, boa praça né, que chama. Um cara legal. Eu gosto muito de ajudar o próximo, de ouvir, gosto muito de ouvir e ajudar as pessoas, eu gosto muito. Já completei 50 anos de idade já vivi muita coisa nessa vida, boa e ruim. Mas foram coisas superáveis né, a nossa vida é um jogo e a gente vai jogando do jeito que ela vem, cheia de altos e baixos. Minha vida toda. Já tava no 3º casamento com essa, Maria aí ela é minha ex-companheira. Todos os casamentos meu, uns 3 antes dela, se separaram por causa de brigas, confusões até chegar a esse ponto que chegou eu e ela. Resolvemos se separar e acabou nesse troço todo ai, que deu até polícia no meio. Logo, ela é uma mulher muito temperamental e eu também sou. A gente quando que discutia brigava, partia pra cima um do outro, parecia dois cachorros brigando. Hoje, que graças a Deus tá tudo numa boa. Ela tá feliz, eu tô feliz também. Graças a Deus vivendo a nossa vida.

Apesar do relato espontâneo ou narrativa central de José ter sido curto e sucinto, este desenvolveu muito a história da sua vida a partir das perguntas que iam sendo feitas. A narrativa de José, em resposta a algumas perguntas minhas, seguiu abordando as seguintes temáticas:

- ✓ A infância em que ele era uma criança “normal”;
- ✓ Tinha um pai rígido, diz ter herdado o jeito, mas tem uma mãe e uma irmã “maravilhosa”;
- ✓ Como se considera “um cara normal, um cara que gosta de ajudar o próximo”;
- ✓ O nascimento dos filhos como um dos momentos mais importantes da vida, especialmente a mais nova que foi um nascimento difícil;
- ✓ Preocupação com a saúde de Maria que está novamente grávida do novo esposo;
- ✓ Ter deixado de fumar como outro momento importante da vida;
- ✓ Não ter conseguido ainda deixar de beber cerveja;
- ✓ As razões das brigas com Maria, motivadas não pela bebida, mas sim o “atrevimento” por parte dela e dele.
- ✓ O elogio à separação, pois eles sofriram e as crianças também;
- ✓ A preocupação com o sofrimento dos filhos que assistiam as brigas;



- ✓ Seu sofrimento, que aguentou muitas situações com Maria, descrita como impulsiva e agressiva. Pedia para o filho mais velho acalmar a mãe;
- ✓ A mágoa de ter ido para cadeia, de Maria ter prestado queixa contra a ele;
- ✓ Ter aprendido a perdoar e a “seguir a vida em frente”, disponibilizando-se para ajudar Maria em tudo que ela precisar;
- ✓ O atual esposo de Maria como causador de todo sofrimento, junto à irmã do esposo de Maria;
- ✓ Ter se magoado e indignado com Maria, pois quando chegava em casa, ela estava na calçada conversando com as amigas e ele pedia para ela entrar em casa e ela não entrava;
- ✓ Que não gostava de Maria conversando na calçada sobre a vida dos outros;
- ✓ Que quando ele pedia para ela entrar, as amigas afirmavam que ele estava querendo mandar nela, e Maria acabou se deixando influenciar por tais comentários e começou a frequentar a casa dessas amigas;
- ✓ Que Maria já estava o traindo com o atual esposo dela, que é o irmão da amiga, que estava sabendo, mas não fez nada;
- ✓ O episódio em que ele foi preso;
- ✓ A compulsão por compra de Maria;
- ✓ A experiência da prisão e depois, dos grupos reflexivos do Fórum;
- ✓ Que apesar de tudo a perdoa e deu a “volta por cima”;
- ✓ Que a família de Maria está a favor dele e que inclusive a irmã afirmou que ele “não bateu em Maria, mas no atrevimento de Maria”.

Como vimos nas temáticas abordadas na narrativa de José, este falou do pai como um homem rígido e bruto. Afirmou ter herdado o jeito do pai: “Fui, era uma criança normal, apesar de meu finado meu pai ser muito rígido com a gente, meio bruto. Eu acho que isso passa de pai pra filho. Vai levando as heranças. Nas nossas reuniões lá, a gente leva no sangue né”. Discutindo o processo de transmissão geracional de José, este afirma claramente ter herdado do pai um “ser explosivo”. Cita as reuniões do NUAH das quais participou e lá foi abordada a questão da influência da criação dos pais nas atitudes e comportamentos atuais, o ponto de nosso estudo que também investiga a transgeracionalidade.

Já vimos que o espaço de familiar transfere ao sujeito um legado de papéis estereotipados e modos de ser, ao qual o sujeito pode corresponder, negociar ou contestar. O espaço familiar de José é relatado como marcado por valores machistas, que incentivavam a

masculinidade em termos de força física, potência para o trabalho e autoridade. De fato, José reforça em seu relato a importância do seu trabalho e a sua função de sustentar a família, além de suas expectativas de controle sobre a mulher, cujo “atrevimento” deve ser reparado. Assim, a forma agressiva, ríspida do pai se relacionar com os filhos e com a companheira pode ter contribuído para José reproduzir certas visões tradicionais sobre o masculino e feminino que se traduzem em práticas habituais de dominação e controle, muitas vezes vividas como legítimas e naturais.

Através da narrativa de José podemos perceber diversos discursos que salientam a forma com constrói suas noções de gênero feminino e masculino e como explica o que ocorreu para que se desse a separação entre ele e Maria. A narração de José é, de fato, bastante marcada por questões interpessoais envolvendo a relação entre pesquisadora e pesquisado num contexto em que se estuda a violência de gênero (inclusive sendo a própria pesquisadora uma mulher). Um dos pontos importantes é o tom de justificação em que se coloca, posto que é considerado um agressor pela Lei Maria da Penha.

Em alguns trechos da narrativa de José, observamos que ele posiciona Maria de forma simétrica, equiparando as agressões de parte a parte. Sua descrição dos eventos, de Maria e de si mesmo concorrem para igualar ambos em matéria de violência, agressões e impulsividade, o que serve para minimizar ou ao menos dividir sua culpa: “Logo, ela é uma mulher muito temperamental e eu também sou. A gente quando que discutia brigava, partia pra cima um do outro, parecia dois cachorros brigando”. A metáfora usada - “parecia dois cachorros brigando” - parece sintomática desse trabalho discursivo de equiparação e tem o efeito de redistribuir a culpa pelo fracasso conjugal entre ambos parceiros. Outros trechos mantêm essa mesma versão “igualitária”:

[...] Ai quando voltei alterado, tava já meio assim pra brigar, ela partiu pra cima de mim e eu parti pra cima dela. [...] O nosso relacionamento só acabou por causa de atrevimento por parte dela, mim e dela. Porque quando a gente discutia a gente ia longe, não se respeitava sabe, não tinha respeito, um esculhambava o outro.

Nesse sentido, podemos entender que ele está igualando os atrevimentos e as agressões, mas também podemos entender esta fala como uma justificativa ao fato de ele ter sido preso e enquadrado na Lei Maria da Penha por agressão física. Em outras palavras, em uma tentativa de justificar a sua agressão, ele afirma que ela o agredia também, que os dois eram atrevidos, afirmando, em outras palavras, que a culpa dele é a mesma culpa dela.

Algo bastante pertinente na narrativa de José é que este descreve situações em que Maria toma a iniciativa da agressão e das brigas. Podemos identificar tal situação quando este

descreve em um dos momentos de confusão e briga do casal:

Pedia muito para o Pablo para acalmar ela para que ela não se alterasse, pra não vir pra cima ‘Pablo, meu filho, me faz uma coisa, segura a tua mãe, não deixa tua mãe fazer isso’. Mas parece uma coisa quanto mais a gente falava, mas ela via pra cima.

Em outra situação José narra uma agressão por parte de Maria:

Tinha lá na minha sala lá, um aquário, que tinha uma tampa de madeira esse aquário. Se tu visse o que ela fez com essa tampa de madeira em cima de mim, eu fiquei com hematoma. Se você pegar na minha cabeça aqui você sente aqui uma marca que não saiu mais não. Pega aqui pra você ver.

José afirma ter sofrido agressão de Maria e dizer que a agredia também. Quando pergunto se ele entendia que havia agressão da parte dele também ele responde:

Não, não. Agressão era minha e dela. [...] A mulher é baixa. Ela me esculhambava, ela partia pra cima. Eu aguentei demais. Eu achava aquilo ridículo. Era uma coisa que ela gritava que parecia que ela tava era morrendo. Dentro de casa, cara. Ai irmã dela disse pra mim ‘José você não bateu na Maria, você bateu no atrevimento da Maria.’ Qual o homem que vai ficar levando a pancada sem ir pra cima. A própria irmã dela não tira a minha razão. A família dela ficou toda contra ela com o que ela fez comigo.

José afirma com essas situações ter agredido, mas também ter sofrido agressões, colocando-se também como vítima e alguém que sofreu injustiça. Nota-se nesse momento uma fala com raiva e revolta. Na última narrativa este dá a entender que concorda com a fala da cunhada, justificando sua agressão contra Maria (ele teria “batido no atrevimento” dela). Nesse sentido, notamos que José tenta justificar suas agressões, porque ela “pediu”, não se portou como esperado (era “baixa”, gritava, “esculhambava” e “partia pra cima), isto é, com a passividade, silêncio, medo e humildade que se espera das mulheres “normais”. Nesse sentido, a versão de José matiza a “dominação masculina” e oferece uma leitura divergente da grande maioria dos casos de violência de gênero registrados no país, em que a mulher é vitimizada pelo parceiro íntimo.

Noutra perspectiva, Pellegrini (2009, p. 23) salienta que, apesar do sistema ser embasado em um esquema de dominação masculina, “homens e mulheres tem a possibilidade de resistência e subversão, mostrando que possuem capacidades heterogêneas construídas a partir da forma como desejam se relacionar em suas famílias.” Nesse sentido, as iniciativas e respostas de agressão de Maria podem sinalizar que os gêneros exercem uma variância de poder, não havendo uma relação estática de subordinação/dominação por parte de Maria, nem por parte de José. Tal como mostram Osterne e Silveira (2012, p. 107), as relações de poder

constituem conflitos, havendo sempre uma distribuição de poder que pode ser desigual, mas “tanto os homens se utilizam dele para a manutenção da dominação masculina como as mulheres se utilizam do mesmo para combater as desigualdades e a submissão feminina”, ocorrendo, assim, uma disputa de poderes, onde ora um ora outro vence. Como vimos nas narrativas, esse é um processo conflitivo não só para mulheres, mas também para os homens. Conforme Bourdieu (1999) assinala, os papéis dados ao homem, construídos nas interações, podem trazer tensão, devido ao fato de que ser homem implica, muitas vezes, assumir um papel de homem viril, como se o homem só é “verdadeiro homem” quando este afirma tais papéis instruídos.

A masculinidade hegemônica exige modos de ser que implicam, por exemplo, um menino, ao levar um soco, ainda que morrendo de dor, não chorar para obter respeito ou a um idoso evitar a qualquer custo um exame de toque retal. Ou ainda, pais de família que, ao falirem, se matam por não poder responder ao padrão financeiro familiar. São muitas formas de tensão vividas pelo homem para corresponder aos padrões exigidos para ser um “verdadeiro homem” (ETAYO, 2011). José refere em várias situações os efeitos negativos sobre sua pessoa da ruptura dos padrões de autoridade masculina levada a cabo por Maria, quando resiste a obedecê-lo.

Um fato importante que é contado na narrativa de José, mas não é comentado na narrativa de Maria é que este afirma que Maria o traía com o atual companheiro desta, (o irmão da amiga, o mesmo homem com quem Maria estava no bar no dia em que José foi preso por agressão). Maria em sua narrativa comenta sobre o atual companheiro, entretanto oculta esse fato. Na construção da narrativa cada um tece seu enredo, buscando construir da melhor forma a sua imagem para seu interlocutor.

Deste modo, a narrativa assume um lugar de justificativa das ações. No caso de Maria, seu relato focaliza os excessos do marido com a bebida e seu perfil controlador. Para isso, apenas alguns fatos são selecionados para manter a coerência narrativa e a autoimagem favorável da protagonista. No caso de José, ele empenha-se em justificar o fato de ter sido enquadrado na Maria da Penha, retratando Maria como uma mulher de temperamento forte, impulsiva, agressiva e ele mesmo, como um homem paciente, que aguentou bastante da ex-companheira e que foi vítima de covardia e injustiça, muitas vezes dando a entender que, na realidade, Maria foi a causadora da violência entre eles.

Silveira et al (2009), na sua pesquisa sobre sentido dado pelos homens a respeito da violência doméstica, toma como um dado o fato de alguns homens considerarem as mulheres como provocadoras dos conflitos, narrando as situações de violência a partir de

justificativas que culpabilizam as mulheres pelo conflito, ora por mudanças no seu comportamento, ora pela caracterização da mulher como “agressiva”. Na sua narrativa, por exemplo, ele também não faz menção à sua traição com outra mulher, que Maria revela em sua narrativa.

Nas narrativas de José, podemos perceber que os conflitos e as situações de brigas contadas acontecem depois que se desestabiliza o padrão hegemônico relacional entre os dois. Parker (1991), Machado (2004) e outros autores já citados destacam que, no Brasil, a construção hegemônica dos padrões de gênero se dá dentro de um sistema embasado no patriarcado. Uma vez desestabilizados os padrões relacionais, criam-se conflitos, confusões, podendo-se, assim, gerar a violência de gênero. Vejamos, então, a versão de narrativa de José, de forma completa, em relação ao episódio de violência que o fez ser enquadrado na Lei Maria da Penha e ser conduzido à prisão:

Não, a situação começava daí. Chegava em casa ela tava lá fora nas calçadas conversando com essas amigas . E eu falava muito pra ela, Maria esse negócio de ficar na rua conversando sobre a vida dos outros não dá certo, na minha calçada não dá certo. Se você quiser ir pra casa deles, na minha calçada, na minha casa eu não quero. Ai ela dizia que eu queria mandar na vida dela. Ai dizia ‘Maria eu não quero, eu só não quero na minha calçada, eu não quero na minha casa. E esse negócio de tá no meio da rua conversando com vizinho, fofoca vai e fofoca vem, falando da vida dos outros, não dá certo’. Começou daí. Ai as amigas dela ficaram dizendo que eu tava querendo mandar na vida dela e ela foi pegando esse negocio, pegando, pegando, começou daí. Até que ela ficou frequentando a casa dessa amiga dela lá. Isso eu já soube lá que a outra irmã dela já me disse o que aconteceu. Ela me traiu lá dentro com esse cara lá, esse cidadão que tá com ela. Foi uma traição e eu tava sabendo, só que na minha. Só que foi na quinta feira santa, saindo do trabalho, passei no mercantil, comprei uns pães de coco para levar para casa e para a mãe dela. E ela tava lá no bar com os meus dois filhos, esse cara e essa outra irmã do cara. Aí cheguei lá e chamei ‘Maria, vamos para casa, quero conversar contigo’, ai ela ‘eu não vou não, você não manda em mim’. ‘Eu vou para casa, vou te esperar em casa, vamos lá’. E os dois meninos na mesa com ela. Ai ela se levantou, mas nós já saímos discutindo. Peguei o carro e vim para casa. Chegou em casa e começamos a discussão. Eu já sabia que ela tava com um... esse negocio. Mas deixei, aconteceu. Ela ligou pra polícia, lá na farmácia, foi de repente que ela ligou. Ela diz que foi os vizinhos, mas não foi, foi ela que ligou. E ela me falou também que tinha ligado. ‘eu liguei pra polícia, a polícia vai te prender’. Ela ligou para polícia, foi danada. [...] Quando chegou em casa a gente tava em casa discutindo, tava se pegando, foi quando a viatura chegou lá. Chegou lá, o fuleragem do policial, chegou lá na minha porta. Ai ela que chegou para o policial dizendo que eu tava alterado, no sei o quê. Mas ela não falou a verdade mesmo, que ela partiu pra cima. Até hoje eu tenho uma ... ela não fala o que aconteceu. O meu filho viu, chorava pediu muito para ela acalmar. O que ela queria ela conseguiu ai policial disse ‘vamos resolver isso na delegacia.’ ‘Resolve logo isso e pronto ai’, eu disse ‘pronto, não devo nada a ninguém’. O policial chegou lá, nem me deixaram falar com o delegado, me deixaram. Só fez botar ela numa sala lá dentro. Ela disse lá a versão lá dela. O cara me chamou, fizeram nela o exame de corpo delito e me deixaram preso na Maria da Penha. Uma coisa que mudou minha vida completamente. Ela fez uma covardia comigo grande, grande mesmo. Através das amigas dela, que armou isso. Porque ela mesmo, falou até pra mãe dela, que ela tinha coragem de fazer isso não. Depois se arrependeu, pediu perdão e tudo. Mas agora já tava feito, porque a Maria da Penha não se retira mais a queixa, tem que responder o processo, é preso.

Podemos perceber que não fica muito claro que houve agressão na sua narrativa, nem a parte que lhe coube no episódio. Sabemos que ele foi enquadrado na Maria da Penha, foi realizado um boletim de ocorrência e o exame de corpo delito comprobatórios da agressão (critérios para os sujeitos que seriam entrevistados na pesquisa).

Izumino (1998), ao analisar depoimentos dos homens autores de violência contra a mulher, revelou que, na maioria das vezes, esses homens justificam suas atitudes tendo como referência o comportamento de suas companheiras. Dentre as justificativas são: a infidelidade feminina, a inadequação da mulher ao casamento (porque vive como uma mulher solteira), desejo de separação da mulher e recusas em voltar a viver junto ao homem. Outros casos envolvem agressão contra a mulher como forma de “legítima defesa de honra”. Parte desse repertório é mencionado por José: comportamento impróprio da mulher, desobediência ou desrespeito à autoridade masculina, traição.

Por outro lado, José menciona também, em outras palavras, sobre a desigualdade de poder do homem no espaço jurídico. Este comenta que não teve a oportunidade de ser escutado na Delegacia. Ele não teve a sua versão da história ouvida e registrada. Conforme Coulouris (2004), o Direito, articulando-se com o poder estatal, busca uma posição de organização dos comportamentos sociais padronizados pela sociedade em suas diversas esferas sociais, como a escola, a igreja e a família. A instituição, dessa forma, tentará cumprir com a sua função de disciplinar e normatizar.

Mais recentemente, o Direito, no Brasil, vem acompanhando as transformações dos costumes e da família, bem como a demanda histórica por justiça para as mulheres, em particular, contra a violência que vitimiza ostensivamente a população feminina. Dirigidas para o atendimento específico do público feminino, a Delegacia da Mulher, o Centro de Referência e Apoio a Mulher, o Juizado de Defesa da mulher, são instituições que concentram esforços em atender as mulheres agredidas, fornecendo meios para protegê-las de seus agressores. Embora nenhuma agressão contra a mulher deva ser tolerada e que toda medida legal contra o agressor deva ser rigorosamente aplicada, reconhecemos a ausência de um espaço para o homem autor de violência contar a sua história e receber a atenção e o tratamento necessários. A escuta dos homens é necessária para que se compreenda o complexo quadro de conflito e violência de gênero nos espaços de sociabilidade e que se mude esses hábitos perniciosos em toda a sociedade.

Como salientam Schraiber Gomes e Couto (2005), o homem autor de violência contra a mulher tem recebido rótulos patologizantes e, muitas vezes, a violência tem suas causas explicadas por causas patológicas ou atribuídas ao uso abusivo de álcool e drogas. A

maioria dos supostos agressores não tem acesso a qualquer tipo de intervenção socioeducativa e, quando estes usufruem destes serviços, abandonam com frequência, referindo-se a sentimentos de vergonha e culpa, enquanto outros não demonstram interesse pelo serviço.

A constante referência de José à normalidade - que foi uma criança normal e que é um “cara normal” - é uma estratégia para refutar os estereótipos de criminoso, agressor ou portador de uma agressividade patológica que são reforçados entre aqueles penalizados com Lei Maria da Penha e com a prisão. A experiência de ser preso, de fato, foi narrada como um grande sofrimento: “Olha o que eu passei eu não desejo pra nenhum inimigo meu, coisa que eu não tenho.” “Pior coisa que eu passei, foi horrível, pra mim foi muita humilhação”. “Pior coisa que aconteceu na minha vida. Passar oito dias dentro de uma cela, com 23 presos, que você não conseguia nem dormir”.

Etayo (2011) discorre sobre o conceito de normalidade aplicado por Hannah Arendt (1999), articulando-o com a visão de homem agressor que a sociedade ainda mantém. Hannah Arendt (1999), ao acompanhar o julgamento de Eichmann em Jerusalém se dá conta de que ele não era a encarnação do mal, nem o monstro personificado, mas um homem normal, comum, que corresponde às regras próprias da sociedade do seu tempo. A partir disso, a autora afirma que podemos pensar os homens “agressores” como homens normais com as quais compartilhamos nossa sociabilidade. Etayo (2011, p. 16) defende a ideia de que “homens que agridem as suas parceiras sentimentais estão normatizados por um padrão de educação que, inclusive hoje, é exigido socialmente”, assim, não são nem anjos, nem demônios, mas simplesmente seguem os padrões instituídos sem ressignificá-los. Cada vez existem menos homens que se

[...] encaixam nesse arquétipo de homem tradicional, machistas, pois segundo varias pesquisas sobre masculinidades, os homens heterossexuais na contemporaneidade estariam em uma fase de transição entre um velho padrão para uma nova configuração de masculinidade (ETAYO, 2011, p. 16).

Nesse sentido, José aparenta ser um homem que vive os conflitos dessa passagem do velho padrão para uma nova configuração de masculinidade.

### **4.3 As narrativas dos filhos**

Como já mencionado na metodologia, José e Maria tiveram dois filhos, Pablo e Karine. Os pais concordaram com a participação dos filhos na pesquisa, com a entrevista narrativa. Seguindo os mesmo moldes e estrutura das outras entrevistas, realizamos um

primeiro encontro com as crianças na Praça da Messejana. Nesse primeiro encontro, realizamos a entrevista com as crianças juntas, pois Karine não queria se separar de Pablo, em virtude da pouca idade. Ficou resolvido com os pais entrevistar os dois juntos.

Karine tem cinco anos e Pablo, dez anos. Iniciei a entrevista, mas logo percebi que não havia como conduzi-la no mesmo formato em que foi realizada com os pais. Pedindo primeiramente a Pablo para contar sua história de vida, fui surpreendida com a resposta “Tipo o quê? Eu não sei muito bem não” e novamente tentei facilitar para que este contasse a sua história e ele disse que a história “é boa”, sem desenvolver uma narrativa. Logo me deparei com uma premissa da psicoterapia infantil (e dos estudos de desenvolvimento) de que a criança não possui a mesma competência cognitiva e comunicacional. Num primeiro encontro, resolvi fazer algumas perguntas sobre a vida deles e a dinâmica familiar, tentando facilitar para que, de alguma forma, estes elaborassem suas narrativas.

Nesse primeiro momento então, o conteúdo que foi sendo expresso pelas crianças, a partir das respostas às minhas perguntas, abordando as seguintes temáticas:

- ✓ Karine fala que a família é grande e tem muita gente morando em São Paulo;
- ✓ O que Karine mais gosta na família é da avó (mãe de José), pelos presentes que ela dá;
- ✓ Karine fala que tem uma família “boa”, que gosta muito de uma madrinha que faz bolo;
- ✓ Pablo fala que o que mais gosta na família é o companheirismo por parte da mãe e de todos;
- ✓ Pablo fala que as características de Maria não precisavam nem ser explicadas, pois ela tinha muitas boas qualidades como toda mãe e que cozinava muito bem;
- ✓ Karine fala que o que mais gosta do pai é porque ele os leva para passear na praia e em diversos locais;
- ✓ Karine cita que a mãe trabalha em uma casa de família e quando termina vai para a casa fazer o almoço deles;
- ✓ Pablo comenta que o pai é muito carinhoso, muito bom para eles e os leva à praia;
- ✓ Os dois afirmam que os pais são separados;
- ✓ Karine afirma que não pode contar porque eles são separados;
- ✓ Pablo conta que foi por conta de confusão;
- ✓ Karine afirma que foi porque o pai brigou com a mãe quando estes moravam no Guajiru;



- ✓ Eles comentam que gostavam quando o pai morava em casa junto com eles;
- ✓ Karine conta que as confusões que aconteciam em casa eram porque o pai bebia e chegava em casa tarde;
- ✓ Pablo fala que as confusões eram só por causa da bebida do pai;
- ✓ Karine diz que o pai brigava com ela quando ela ia para a casa da amiga;
- ✓ Karine diz que nos momentos de briga ia para casa de alguma amiga da mãe e ficava na cozinha
- ✓ Pablo fala que ficava seguindo a mãe no momento de briga;
- ✓ Karine diz que uma vez deu uma “chinelada” nas costas do pai;
- ✓ Pablo fala que o momento mais feliz da vida foi quando os pais estavam juntos;
- ✓ Karine diz que gostava porque o pai levava todos para viajar;
- ✓ Pablo fala que o momento mais triste da vida foi quando os pais brigavam;
- ✓ Pablo diz que acha que foi por causa de ciúme;
- ✓ Karine fala que às vezes sonha com eles juntos;
- ✓ Karine fala que a família ideal é ter o pai e a mãe, eles sendo bons, a mãe fazer comida para eles e todos passearem na praia;
- ✓ Pablo fala que a família ideal é que todos sejam companheiros;
- ✓ Eles comentam que gostam do padrasto, que não tem nada para falar dele;

Nesse primeiro momento, as narrativas das crianças foram sendo desenvolvidas junto comigo a partir das perguntas que ia fazendo, já que eles não desenvolveram a narrativa de um modo espontâneo, como aconteceu com Maria e José.

Levando em consideração que na psicoterapia infantil, por exemplo, utilizam-se artifícios para facilitar a expressão da criança, resolvi realizar um segundo momento de entrevista com as crianças, utilizando outros meios para estimular as histórias das crianças. O segundo momento aconteceu em uma sala reservada do NUAH e, diferente do primeiro momento da entrevista, as entrevistas foram individuais, ou seja, primeiro com Karine e depois com o Pablo.

Foi explicado como se daria; pedi para que eles contassem a sua história do jeito que eles quisessem, com a massinha, com os bonecos ou pintando com os lápis de colorir. Em outras palavras, foi pedido para estes contassem sua história utilizando de meios lúdicos para, assim, acrescentar e agregar mais informações sobre a família, pois, tal como Soares (2001) afirma, o brincar é uma das formas de expressão mais genuínas da criança, um dois meios principais de expressar seus sentimentos.

Karine foi a primeira a realizar a entrevista lúdica. Mostrei os bonecos, as massinhas e os lápis de colorir e pedi a ela para escolher um dos materiais para brincar. Karine escolhe a massinha. Explico para ela fazer com massinha a sua família e depois contar sua história. Karine modela a família, conforme mostrado na figura 01.

Figura 1: Família da Karine modelada na massinha.



Fonte: acervo da autora.

Ao pedir que Karine conte a história ela fala:

É assim essa de rosa bem pequeninha sou eu e essa aqui é a minha boneca, meu pai é esse aqui (azul maior), essa do lado do meu pai é a minha mãe e esse aqui (verde) é o meu irmão, que tá gordo oh ele e esse aqui é o namorado da minha mãe, ai tem sol bem bonito e um coração bem bonito.

Em seguida, Karine complementa dizendo que a mãe casou com o pai, engravidou do irmão e dela, contudo, esta frisa que os pais brigavam bastante. Relata que havia esquecido

de esboçar na massinha a irmã que está na “barriga da mãe”, filha do esposo atual, pois a mãe e o pai brigavam muito. Karine fala tentando explicar porque a mãe atualmente tem outro marido. Ela afirma que ficava triste com as brigas e também tinha medo “[...] uma vez taquei a sandália na cabeça do meu pai. Porque ele brigou com a minha mãe” (fato narrado também na primeira fase da entrevista).

Pergunto a Karine sobre o coração que ela esboçou com a massinha acima da família. Ela diz que é o “amor das pessoas” que existe amor entre todos os membros. Complementa que a mãe ainda ama o pai, pois ela conversa bastante com o pai. E o pai propicia a eles momentos de lazer. Karine se refere ao sol esboçado com a massinha como a “luz, porque senão, eles ficam tudo no escuro” e “ficam tudo doido sem luz, eles ficam esbarrando e brigam, pisam no pé do outro”. Essa menção à luz - necessidade do “sol” para não haver brigas - pode não ser arbitrária, talvez indicando que os conflitos fossem mais frequentes à noite. A narrativa ressalta que o ambiente familiar não era harmonioso e que as crianças eram levadas a se envolver até fisicamente nos conflitos. Sani (2006) apud Muncie e McLaughlin (1996) afirma que a família muitas vezes representa para as crianças um lugar de perigo ou desentendimento, e não de proteção e conforto. A crença de que a família é uma instituição segura vem sendo quebrada por inúmeras situações familiares violentas que alimentam as estatísticas e páginas policiais. A família também pode ser lugar de escuridão, desentendimento e desavenças, assim como foi na família de Karine.

Karine cita as brigas que tem com irmão quando “um toma as coisas do outro”. Ela diz que quando o irmão briga com ela e tenta machucá-la, a mãe a defende, pois ela é pequena e, além disso, menina, portanto, ele não pode bater nela. Questiono-a sobre o que muda o fato de ela ser menina e ele ser menino. Karine afirma:

Como assim? Sei não tia, ele é mais forte e ele pode tacar um carrinho dele em mim. Ele tem um ‘carrãozão’ que parece um caminhão bem grandão, desse tamanho aqui oh. Ele disse que se eu mexesse com ele ia tacar em mim.

Karine já se mostra ciente da posição mais vulnerável em que se encontra na relação com o irmão, maior e mais forte. Para além das disputas comuns entre irmãos, conviver num ambiente familiar onde há significativa assimetria de gênero pode contribuir para que se transmitam entre gerações práticas e discursos que perpetuam tal assimetria. Muitas práticas hegemônicas do masculino (bater, mandar, controlar) e do feminino (calar, obedecer, submeter-se) vão-se naturalizando no cotidiano, inclusive nos jogos e interações lúdicas entre crianças. Daí a importância do monitoramento de tais interações para que

agressões entre irmãos e irmãs não se tornem um hábito a ser levado para a vida adulta e outros relacionamentos. No caso de Karine, a intervenção nesse sentido vem da mãe.

Sani (2006) afirma que a criança, em um contexto de violência de gênero, pode aprender que a agressão é a forma de satisfazer as suas necessidades e de obter controle sobre o ambiente e as pessoas. Deste modo, a autora afirma que existe grande possibilidade de as crianças que assistem e vivenciam situações de violência também repetirem os episódios de discussão envolvendo a agressão física em outras relações com irmão ou na escola e em outros ambientes, podendo ser algo transmitido entre as gerações da família.

Questiono-a sobre as cores utilizadas nos bonecos de massinha. Ela afirma que usou rosa para as mulheres e verde e azul para os homens, pois se tratam de cores femininas e masculinas. Karine afirma gostar de ser menina, pois gosta das cores e das brincadeiras de menina. Logo depois a questiono o fato de o boneco de massinha representando o pai ser bem maior. Ela afirma que o pai é bem maior e mais forte que a mãe, embora na realidade os dois tenham a mesma altura.

Quanto à construção de gênero, pode-se afirmar que Karine atribui ao masculino a força física e a agressividade, enquanto atribui ao feminino uma posição mais fraca, massiva. Sua narração também evidencia os vieses sexistas dos processos familiares e escolares de socialização que ensinam às crianças os símbolos de gênero tradicionais. Como lembra Sani (2006) é no processo de socialização primária, ocorrido normalmente dentro do ambiente familiar, que a criança entra em contato com as elaborações culturais referentes a cada sexo. Essas elaborações estão presentes nos brinquedos (carrinho para os meninos e boneca para as meninas), nas cores das roupas e dos quartos (rosa para menina e azul para meninos) e nas maneiras de se comportar.

Ao chegar à adolescência, os rapazes já desfrutam de mais liberdade que as moças. Até mesmo as atividades domésticas são ensinadas apenas para as meninas, sendo que aos meninos não cabe se meter em assuntos de casa. E assim, ao longo do processo de formação do indivíduo, ocorre a interiorização das distinções de gênero. Desta forma, a escolha das cores utilizadas por Karine na representação dos membros da família e a categorização de brincadeiras de meninas e brincadeiras de meninos são fundamentados no processo de socialização familiar. Apesar das tensões trazidas por discursos de gênero divergentes (por exemplo, o discurso igualitário introduzido por Maria), a delimitação cultural hegemônica do o que é ser homem e do o que é ser mulher parece já bastante visível na fala de Karine.

Os padrões referentes ao ser homem e ao ser mulher são saberes e mitos que tem

suporte nas *normas violentas de gênero*, conceito discorrido por Butler (1999). Para esta autora tais normas regem o que deve ser um homem ou que deve ser uma mulher nas sociedades ocidentais contemporâneas, originando a violência de gênero. A partir desta perspectiva, compreende-se que a violência de gênero é resultante de uma ordem de gênero imposta historicamente e aceita socialmente, embasada em regras de comportamento sexual naturalizadas. Deste modo, podemos assistir às normas que regem a formação de gênero sendo difundidas, ainda de forma rudimentar, nas formulações de Karine. Para ser menina, ela precisa gostar de rosa, ser delicada, ser protegida etc.

Em seguida, inicia-se a entrevista lúdica com Pablo. É explicado a ele a proposta da entrevista, tal como aconteceu com Karine, e este escolhe a massinha como material para contar a história dele e da sua família. Ele esboça com a massinha a escultura mostrada na Figura 2:

Figura 2: Família do Pablo modelada na massinha



Fonte: acervo da autora.

Pablo inicia seu relato ao mencionar que a família é unida, tem o pai (boneco verde maior), ele (boneco verde menor), a mãe (boneco rosa maior), a irmã (boneco rosa menor) e a bola de futebol. Posteriormente ele discorre que não sabe muito bem a história, mas sabe que mãe o teve e depois teve a irmã. Que se tratava de uma família normal, mas que não moravam juntos, pois ele morava com a mãe, a irmã e o namorado da mãe. Ele afirma referindo-se aos pais:

Eles brigavam muito, não deu certo. Todo dia era uma confusão, minha mãe era estressada, meu pai também se estressava. Ai era gritaria, mas ai depois passava e depois tinha de novo.

Ao perguntar a ele como aconteciam as brigas, ele fala que acha que a mãe era muito estressada e o pai não aguentava. Um dos problemas para ele é a mãe, já que ela gritava e o pai não aguentava.

Ele empurrava ela, às vezes saía. Uma vez ele empurrou ela que ela caiu e ficou arranhada. Foi quando ele foi preso. Minha mãe ficava na calçada conversando, ela não fazia o comer dele. Aí, meu pai fica com raiva, sei lá.

Pablo comenta que sente falta do pai em casa, porém, sabe que a mãe e o pai brigavam muito. Nessa passagem da narrativa de Pablo, entende-se que ele atribui a culpa de haver brigas, de certa forma, mais à mãe do que ao pai, afirmando que a mãe era muito estressada e o pai ficava com raiva. Ele atribui as brigas ao fato de a mãe não fazer o jantar do pai para ficar conversando com as amigas na calçada, não cumprindo com o seu papel de mulher, como também ao fato do pai não aguentar o estresse da mãe, aderindo ao discurso do pai (como vimos na análise da narrativa do pai). Entende-se, assim, que Pablo como filho homem do casal, tem alguns valores e padrões que podem ter sido transmitidos em conversações na família, como também por um contexto maior da rede social e cultural, delimitando deveres e rituais na família, tal como o costume de a mulher fazer as refeições do marido.

Em contrapartida, na primeira parte da entrevista (no começo do item 4.3), Karine já afirma que as confusões aconteciam “porque ele bebia, chegava tarde em casa, bem muito”, referindo-se ao pai. De certa forma, ela atribui as brigas e agressões ao fato de o pai beber e chegar tarde, repetindo o discurso da mãe (como visto na análise da narrativa da mãe). Deste modo, entende-se que conjuntos de valores, papéis e crenças de gênero vem sendo cotidianamente transmitidos de mãe para filha e de pai para filho. Tal associação é figurada pictoricamente na família de massinha de Pablo: de um lado, as duas figuras verdes

masculinas ao lado das duas figuras cor-de-rosa femininas. Infelizmente nas entrevistas realizadas não foi possível identificar como a mãe participa reproduzindo para o filho padrões de masculinidade hegemônica. Como é sabido, as próprias mulheres podem aderir a práticas machistas que perpetuam entre filhos e filhas a dominância masculina e, muitas vezes, a própria violência contra a mulher. Sem perceber ou de forma consciente, mães podem exigir e/ou tolerar hábitos e modos de ser de seus filhos e filhas que contribuem para manter a desigualdade de gênero.

Outro ponto que não pode deixar de ser abordado é a questão do álcool, que também apareceu nas narrativas de Maria e José, e é considerado um elemento que surge frequentemente referenciado nos casos de violência de gênero, considerado um fator desorganizador e causador de crises familiares, mas não exatamente causa da violência na família. (SANI, 2004). Não obstante essa ressalva, o álcool aparece muitas vezes, nas narrativas das pessoas que vivenciam de forma direta ou indireta a violência, como a raiz de qualquer problema familiar. (JAFFE; WOLFE; WILSON, 1990 apud SANI, 2004).

Ao questionar Pablo sobre a família realizada na massinha, ele menciona que usou a cor verde para os homens, pois se trata de uma cor masculina e nos outros bonecos foi usado a cor rosa, pois tratava-se de mulheres. Questionado sobre o que diferencia o homem da mulher, ele afirma que “o verde a gente usa mais para o homem né, tipo é mais forte e o rosa é mais pra mulher é mais cor de mulher”. Pablo vale-se da mesma diferenciação de cor e justificativa usadas por Karine na sua entrevista, demonstrando que ambos compartilham significados de gênero que são construídos por gestos, palavras e expressões (e até mesmo pelo silêncio) durante a socialização desde tenra idade. (GRANDESSO, 2006; CERVENY, 2000).

Um fato observado nas falas tanto de Karine como de Pablo (na primeira e na segunda parte da entrevista) é que os dois guardam um grande carinho e afeto pelo pai, apesar das brigas e agressões entre o casal. Embora narrem que os pais brigavam muito (e Karine, por exemplo, afirma ter dado uma “chinelada” nas costas do pai para defender a mãe), demonstram ter saudade do tempo em que o pai ainda morava com eles, como também repetem que o que mais gostam de fazer é de sair com o pai, pois este sempre o proporciona momentos de lazer e diversão. Sagim (2008) traz a hipótese de que a afetividade da criança em relação ao pai que agrediu a mãe varia de acordo com a quantidade e a qualidade da violência ocorrida. Karine e Pablo em nenhum momento de suas narrativas descreveram agressões graves, surras, sequelas físicas significativas à mãe, maus-tratos ou abandono paterno, eventos comuns em casos de violência doméstica no país e que culminaram com a

aprovação da Lei Maria da Penha. As crianças descreveram brigas constantes e momentos de agressões amenas, além de uma convivência atual pacífica e amigável entre os pais, contribuindo para a permanência dos vínculos afetivos com o pai.

#### **4.4 A narrativa familiar**

Como já mencionado na metodologia, foi realizada uma entrevista coletiva com todos os membros da família. Seguindo o modelo previsto, a ideia era que estes construíssem uma narrativa em conjunto sobre a família, da forma como quisessem. A entrevista foi realizada também na Praça da Messejana com todos os membros Maria, José, Karine e Pablo. Contudo, as crianças pela pouca idade e falta de concentração, não participaram tanto do momento, apenas concordando com a narrativa construída dos pais.

Notei de antemão que Maria e José não se sentiram a vontade em contar, juntos, suas histórias, como se temessem alguma revelação indesejada ou um conflito de versões diante da entrevistadora. A narrativa foi iniciada por José contando um fato que não havia sido abordado em nenhuma das narrativas individuais do casal. Ele inicia falando: “Nossa história começou, a Maria trabalhava na minha casa, né, Maria?” Deste modo, revelou-se apenas nesse momento que Maria trabalhara como empregada doméstica na sua casa. Maria, nesse momento, enfatiza que ele já era separado quando eles se envolveram, procurando justificar o início do relacionamento romântico entre o filho divorciado dos padrões e a empregada da casa.

José continua a narrativa contando:

Ai ela trabalhava com a gente, a Maria. Aí aconteceu de eu ficar gostando dela e a gente se mexeu um no outro. Ai ficamos juntos. Ai com o tempo veio o Pablo e veio Karine e era cheio de altos e baixos, a gente brigava igual a gato e cachorro.

Maria confirma a história afirmando “é, eu disse a ela”. José repete que os dois brigavam feito gato e cachorro e Maria afirma que foram muitas idas e vindas. José continua a narrativa e afirma:

Era feito gato e cachorro, era demais mesmo. Mas ainda bem, pois nós superamos o que tínhamos de superar, com altos e baixos, mas subimos superar. Hoje tá ai os meninos estão ai crescidos e a vida continua. Hoje nós estamos separados, hoje, mas ela tem a vida dela e eu tenho a minha, somos amigos. A gente se dá muito bem, graças a Deus, não ficou mágoa entre a gente. Eu acho importante isso, depois da separação ficar aquele vínculo entre pais e filhos viu. Que sirva para outros como exemplo, que não deixe seus filhos por separação. Pois onde tem amor tem perdão. E é muito bom nossa vida assim. Por mim está.



Maria afirma que a vida por ela também está bem. José complementa dizendo que os meninos gostam de sair com eles, que pedem para ir à praia. Maria confirma o discurso de José dizendo “É tudo isso que ele disse aí”. José complementa a entrevista ao afirmar:

É assim nossa vida viu. E eu falei pra ela, eu quero que ela seja muito feliz. Vendo ela feliz eu to vendo os meus filhos felizes viu. Isso que dá vontade de se levar a vida, é essa, é vendo a felicidade do outro dá a vontade de se levar a vida. E ela sabe disso. Na hora que ela precisar de mim pode contar comigo, toda vida. Não ficou aquela mágoa entre a gente, de jeito nenhum. Na hora que eu precisar dela, ela me ajuda também, me ajuda sim. Me arranja dez conto aí?

Maria sorri, confirmando mais uma vez o que José estava falando. Porém é nítido como ela evita construir junto com José a narrativa. Os dois omitem fatos importantes que foram discorridos nas narrativas individuais. José constrói a narrativa praticamente sozinho, de forma sucinta e superficial, e Maria confirma tudo sem expressar seus sentimentos, tal como fez na primeira fase da entrevista.

Nota-se de antemão que, na entrevista coletiva, Maria assume uma postura passiva, apenas concordando com o que José afirma. José assume o domínio da fala, ele que toma a iniciativa de falar e organizar o enredo dos dois. José tem a posse legítima da voz da família, lembrando assim da função paterna do modelo patriarcal de chefe de família.

Badinter (1993, p. 6) explica como crenças patriarcais, mais ou menos veladas, materializam-se em certos discursos e práticas:

Desde o surgimento do patriarcado, o homem sempre se definiu como ser humano privilegiado, dotado de alguma coisa a mais, ignorada pelas mulheres. Ele se julga mais forte, mais inteligente, mais corajoso, mais responsável, mais criativo ou mais racional. E este mais justifica sua relação hierárquica com as mulheres, ou pelo menos com a sua.

José, deste modo, assume a narrativa coletiva, se colocando sempre como uma pessoa sábia, capaz de perdoar, dotado de bons valores e responsável pelos seus filhos. Não podemos deixar de considerar que a narrativa construída por José foi dirigida para mim, pesquisadora e mulher que estuda violência de gênero.

Sabendo que a narrativa individual de Maria omite fatos que José não omite, como também a narrativa de José omite fatos que Maria não omite, entende-se que se a narrativa da história da família fosse construída de forma conjunta, aprofundando na história e nos fatos ocorridos, com certeza o casal iria entrar em conflito. Apesar da harmonia que reivindicam nesse momento, na narrativa individual, pôde-se perceber que tanto José como Maria ainda nutriam queixas a respeito um ao outro, com discordâncias, incoerências e sentimentos mal resolvidos. Os dois em suas narrativas individuais acusam um ao outro de

traição, fato que não foi relatado na narrativa coletiva. Nas narrativas individuais os relatos são cheios de tensões, envolvendo choro (no caso de Maria), sentimento de indignação, justificativas e discursos divergentes. Na narrativa coletiva eles ficam contidos no discurso “vivemos muitas coisas, mas hoje está tudo bem”, não aprofundando.

O casal sabia anteriormente que haveria a segunda fase da entrevista (uma entrevista coletiva) e concordaram com sua estrutura, porém, foi percebido no campo que Maria e José não esperavam que contar a história da família envolveria tantos aspectos, expondo-os um ao outro e a mim. José, deste modo, limitou-se a uma avaliação positiva do desfecho do casamento, num discurso amigável, não expressando a revolta da prisão, o sentimento de injustiça pelo ocorrido, o fato de a esposa tê-lo traído, dentre outros eventos relatados na narrativa pessoal. Maria, por sua vez, não constrói quase nada na narrativa, concordando com tudo que José ia falando. Ao final pergunto se ela deseja falar e ela responde: “Não, só isso mesmo”. Assim, demonstra não estar disponível para a construção coletiva da narrativa da família, ou seja, esta segunda fase da entrevista é marcada pelo silêncio de ambas as partes.

#### 4 O PONTO DE CHEGADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

(Marthin Luther King)

Este trabalho teve como foco principal investigar a forma como membros de uma família no contexto da violência de gênero contam suas histórias e significam a violência vivenciada. Para isso, entrevistamos quatro pessoas pertencentes a uma mesma família, cujo pai agrediu a mãe. Usamos como critério de seleção dos participantes o fato de o agressor ter passado pelos serviços do Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher – NUAH. Esta instituição promove atendimento aos homens, encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza, que estão respondendo a processo judicial e se encontram em liberdade provisória e aos presos provisórios, que estão recolhidos na Casa de Privação Provisória de Liberdade José Juca Neto.

A abertura do NUAH, para aproximação dos homens autores e, conseqüentemente, suas famílias, constituiu-se como uma importante oportunidade de construção de conhecimento e diálogo entre teoria e prática, proporcionando o contato com o sujeito, homem autor da violência de gênero, muitas vezes estigmatizado como um “monstro” ou como doente, a partir de um discurso “patologizante”. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir no que diz respeito ao conhecimento da violência de gênero no contexto familiar, pois teve como base o objetivo de pensar a violência de gênero em uma perspectiva relacional, estudando-a no contexto familiar. Outra contribuição desta pesquisa refere-se à sistematização de uma literatura que abarca estudos de narrativas, família e violência de gênero, ao tentar sempre articular tais temas e objetos de estudo, o que pode servir como embasamento para iniciantes na temática.

O presente estudo, alinhado ao paradigma narrativo (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003), propôs compreender, mediante a interpretação dos relatos colhidos, a constituição social do feminino e do masculino, a violência de gênero (o masculino que agride o feminino ou feminilizado) e a transmissão geracional familiar de padrões interacionais familiares e culturais mais amplos, que podem levar à manutenção de relações de gênero assimétricas e abusivas.

Cada um dos entrevistados contou a sua história e a história da família, revelando valores, tradições e representações de gênero que, ao longo da narração, foram usados para dar sentido aos eventos relatados, bem como para construir versões do feminino e do masculino, da violência de gênero e do processo de transmissão geracional. Os entrevistados, ao relatarem sobre os episódios que levaram à violência doméstica e à separação do casal, explicaram, avaliaram e justificaram ações e posicionaram-se com base em certas narrativas de gênero culturalmente disponíveis, ora aderindo, ora se afastando dessas.

Foi possível delinear alguns pontos importantes que, de algum modo, se repetiram em algumas entrevistas. Por um lado, notou-se que Maria e José recorrem a um discurso que visa sustentar a família tradicional e a dominação masculina. No relato de Maria, isso se revelou em seu discurso favorável ao homem provedor, chefe da casa. O relato de José reforçou a importância do seu trabalho e a sua função de sustentar a família, além de suas expectativas de controle sobre a mulher, cujo “atrevimento” deve ser reparado. Por outro lado, noutros momentos, ambos recorreram a um discurso de igualdade de gênero e resistência à dominação masculina. Maria valeu-se deste discurso para resistir ao poder exercido por José em certas situações (por exemplo, desobedecendo às ordens do marido quando não lhe parecem razoáveis ou justas). José, por vezes, equiparou o poder exercido pelos dois, tanto na partilha igualitária da culpa pelos conflitos conjugais e o fim do casamento, bem como no reconhecimento dos direitos de cada um refazer a vida com novos companheiros.

A análise desses relatos - que mobilizam saberes e valores muitas vezes contraditórios - mostra que situações de conflito e violência de gênero são complexas, envolvendo a negociação de versões ambivalentes sobre o que podem e devem fazer homens e mulheres em suas interações maritais e familiares. Mesmo reconhecendo que o sistema social é embasado no patriarcalismo, os discursos “machistas” e “feministas” são negociados no cotidiano e segundo as contingências. Como Pellegrini (2009, p. 23) frisa: “homens e mulheres tem a possibilidade de resistência e subversão, mostrando que possuem capacidades heterogêneas construídas a partir da forma como desejam se relacionar em suas famílias”.

Nesse sentido, José e Maria sinalizam que exerciam em sua relação uma variância de poder, não havendo uma relação estática ou determinista de subordinação/dominação por parte de Maria, nem por parte de José. Desta forma, existe uma distribuição de poder que, em alguns momentos, se torna desigual, mas “tanto os homens se utilizam dele para a manutenção da dominação masculina, como as mulheres se utilizam do mesmo para combater as desigualdades e a submissão feminina”, ocorrendo, assim, uma disputa de poderes, em que ora um ora outro vence. (OSTERNE; SILVEIRA, 2012, p. 107).

Logo, referindo-se à construção de gênero entre os entrevistados adultos, pode-se afirmar que estes vivem os conflitos da passagem de um velho padrão de masculinidade e feminilidade para uma nova configuração mais flexível e simétrica. Nessa nova configuração, problematizam-se discursos historicamente hegemônicos utilizados para construir o que é próprio do masculino e do feminino. As narrativas produzidas revelaram então as tensões dessa passagem. Maria, por exemplo, adere, em determinados momentos, à narrativa de gênero tradicional, apresentando-se como uma mulher que visa salvar o casamento tendo mais um filho, recorrendo à maternidade para satisfazer o marido e amenizar os conflitos do casal.

Ter optado casar-se com José precocemente para livrar-se dos conflitos domésticos da família adotiva, de certo modo, reflete seu posicionamento de “mulher do passado” que não pôde ver outros caminhos alternativos para sua autonomização como, por exemplo, a profissionalização e o trabalho. Em outros momentos, esta já assume um perfil de mulher autônoma, independente financeiramente, que possui bens e não precisa de ninguém. José também demonstra variância em seu posicionamento identitário: em alguns momentos se enquadra como um “homem atual” e um “homem do passado”, tradicional.

De fato, estudos têm assinalado que vivemos atualmente uma “crise da masculinidade”, que diz respeito a uma “crise de certezas, de modelos, de padrões, de estereótipos” em relação ao masculino (ETAYO, 2011, p. 210). Trata-se de crise no sentido de que o homem “perdeu o seu lugar no mundo”, pois o lugar social foi invadido pela mulher, que passou a ter acesso a um espaço que era propriedade dos homens, tornando-se, por vez, rivais e concorrentes. A autora ilustra a tese com o exemplo da infidelidade feminina, que vem se tornando mais comum e aceitável com base no discurso da equidade de gênero. Isso implica uma mudança cultural importante, que afeta a noção de um direito exclusivamente masculino à infidelidade. Tal “invasão feminina” do lugar historicamente reservado aos homens, segundo a autora, desestabiliza a ordem social de gênero. Tal crise pode ser percebida na narrativa de José, quando este se apresenta ambivalentemente, ora um homem que corresponde aos padrões tradicionais, ora um homem que se diz ser compreensivo, fora dos padrões machistas.

Em relação à construção de gênero nos filhos, Karine e Pablo, nas narrações e no esboço de massa de modelar, temos evidência de que eles se valem de padrões de gênero dominantes disseminados nos processos familiares e escolares de socialização que ensinam às crianças os símbolos e papéis de masculinidade e feminilidade tradicionais. Deste modo, Karine e Pablo exprimiram a representação tradicional do gênero através das cores usadas nos bonecos (rosa para meninas e azul para meninos), no tamanho das figuras esboçadas (as

mulheres menores e os homens maiores), nos brinquedos (bola para os meninos e boneca para as meninas) entre outros exemplos. Sabe-se que é no processo de socialização primária, principalmente na família, que a criança entra em contato com as elaborações culturais referentes a cada sexo. Ao longo do processo de formação do indivíduo, ocorre a interiorização das distinções de gênero. Apesar das tensões trazidas por discursos de gênero divergentes dos pais (por exemplo, o discurso da equidade de gênero introduzido por Maria), a delimitação cultural hegemônica do que é ser homem e do o que é ser mulher parece já bastante visível na fala de Karine e Pablo. Deste modo, é possível assistir às normas que regem a formação de gênero sendo difundidas nas formulações de Karine e Pablo.

Em relação à transmissão geracional observada nas narrativas dos membros da família, José e Maria vinham de famílias imersas num contexto de violência de gênero. Maria aderiu a uma posição de combate à submissão que ela assistiu na história da mãe adotiva, não querendo repetir o que a mãe viveu. A transmissão geracional, deste modo, se deu de uma forma que Maria recusa a experiência da mãe para si. Em contraponto, José demonstra na sua narrativa não assumir uma postura de combate aos valores machistas, que incentivavam a masculinidade em termos de força física, potência para o trabalho e autoridade. Logo, a forma agressiva, ríspida do seu pai, descrita por José, de se relacionar com os filhos e com a companheira pode ter contribuído para este reproduzir certas visões tradicionais sobre o masculino e feminino.

Em relação a Pablo e Karine, foi possível acompanhar em suas narrativas que os pais e os avós transmitem práticas e discursos em relação ao masculino e feminino. Isso é percebido na narrativa de Karine, que se coloca como frágil, que precisa ser protegida pela mãe da ameaça do irmão, menino que tem mais força e que pode machucá-la, que são ilustradas quando eles falam sobre as brigas de irmãos.

Outro fato marcante é que, na construção da narrativa, cada um tece seu enredo, buscando construir da melhor forma a sua imagem para seu interlocutor. A narrativa assume um lugar de justificativa das ações e manejo da autoimagem, especialmente para José e Maria. Nota-se que existe a omissão de fatos em certos momentos da narração. Uma informação omitida por Maria, mas trazida por José, por exemplo, é que o atual esposo de Maria supostamente foi o causador de todo o desentendimento. Essa menção na narrativa do homem tem o efeito de construir (e justificar) os fatos da separação e da agressão, a partir da versão da traição da mulher. De modo semelhante, Maria também constrói o conflito conjugal, tecendo fatos repreensíveis do ex-marido, que incluem também a traição (omitida por José), os excessos do marido com a bebida e seu perfil controlador.

Em ambos os casos, apenas alguns fatos e circunstâncias são selecionados para manter a coerência narrativa e a autoimagem favorável dos protagonistas. José empenha-se em justificar o fato de ter sido enquadrado na Maria da Penha, ao retratar Maria como uma mulher de temperamento forte, impulsiva, agressiva e ele mesmo, como um homem paciente, que suportou bastante a ex-companheira e que foi vítima de injustiça, muitas vezes tendendo a construir a versão de que Maria foi a causadora da violência entre eles. Na construção dessa versão, José usa um repertório de justificativas referindo-se ao comportamento impróprio de Maria, desobediência ou desrespeito à sua autoridade e adultério.

Não se pode deixar de considerar que a narrativa é construída de modo dialógico, pois o que se diz sempre é endereçado e construído de uma forma que possa ser entendido e negociado com os seus interlocutores. Deste modo, não existe a possibilidade de neutralidade de minha parte como pesquisadora, posto que o pesquisador é um ser social e carrega consigo aquilo que o constitui, incluindo seus interesses. Os entrevistados, por sua vez, também produzem relatos situados, contingentes, dependentes do que está em jogo na interação particular. Logo, não posso deixar de considerar a minha influência na pesquisa como mulher e como estudiosa do gênero. Por vezes, notei o tom de justificativa por parte de José, em relatos que pareciam mais destinados ao meu convencimento de que ele era um homem sábio, bom pai, virtuoso, que perdoa Maria diante da injustiça de ter sido preso. Ao ter uma interlocutora, que além de mulher, era sensível ao problema da violência perpetrada por companheiros abusivos, José procurava, na medida do possível, esboçar uma boa imagem de si, valendo-se algumas vezes do discurso empregado no NUAH e mostrando-se sintonizado com a perspectiva de proteção à mulher.

Em suas falas, José fez constantemente referência à sua normalidade, numa posição de afastar-se das construções patológicas que cercam a figura do homem agressor e abusivo. Salienta que foi uma criança normal, que é um “cara normal”, utilizando este discurso para refutar os estereótipos de criminoso, agressor ou portador de uma agressividade patológica, que são reforçados entre aqueles penalizados com Lei Maria da Penha e com a prisão. Pude compreender essa forma de posicionamento em resposta à estigmatização, a partir da entrevista com José, como também no contato anterior à pesquisa com os homens que participavam do NUAH. Eles são considerados, pelo judiciário e muitas vezes pelo senso comum, como agressores monstros e doentes. Na realidade, como afirma Etayo (2011, p. 16), “homens que agredem as suas parceiras sentimentais estão normatizados por um padrão de educação que, inclusive hoje, é exigido socialmente”. Nem anjos, nem demônios, simplesmente seguem os padrões instituídos sem resignificá-los.

Deste modo, acredito que os padrões de gênero devam ser repensados, buscando-se políticas públicas que visem uma igualdade de poder em meio às diferenças físicas e fisiológicas (que não podemos negar), existentes entre homens e mulheres, buscando um lugar social para os dois, como sujeitos importantes, de igual valor, que partilham deveres e direitos na família e na sociedade. Acredito que construiremos algo emancipador em relação a possíveis trabalhos de ressignificação de gênero, ao se evitar resvalar no essencialismo biológico, ao pensar no gênero apenas em suas diferenças sexuais ou nos fixarmos no primado do social, que acaba negando ou ignorando o corpo, abraçando uma espécie de essencialismo social. A perspectiva que se acredita viável para embasar qualquer tipo de intervenção seria uma que considerasse o ser humano como uma totalidade, não desconsiderando as diferenças corporais e hormonais existentes no homem e na mulher, por exemplo, mas também não atribuindo menor ou maior poder para estes.

Como mulher, pude perceber que foi difícil sustentar, em alguns momentos, uma postura de aproximação a uma “suspensão de valores e crenças” que carrego comigo, já que esta pesquisa envolveu diversas temáticas como família, gênero, ética, casamento, relações entre pais e filhos (algumas mais aprofundadas e outras menos). Trata-se de assuntos que muito me mobilizam e me questionam em diversos aspectos. Deste modo, embora certa objetividade me servisse de guia para evitar juízo de valores no diálogo com meus colaboradores, expressões, olhares, comunicações não verbais certamente contribuíram para a construção da narrativa dos sujeitos participantes da pesquisa.

Através das reflexões possibilitadas pelas histórias dos entrevistados, pude perceber que esta pesquisa foi finalizada ainda com muitas indagações, pois apesar de ter chegado ao fim dessa caminhada, tenho a impressão de que não se trata de um ponto de chegada, mas de “reticências”: existem ainda muitos caminhos para serem trilhados diante das temáticas de gênero, família e violência de gênero.



## REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ANDREWS, M., SQUIRE, C.; TAMBOUKOU, M. (Eds.) **Doing narrative research**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage Publications. 159p, 2008.
- APPEL, M. La entrevista autobiográfica narrativa: fundamentos teóricos y La praxis del análisis mostrada a partir del estudio de caso sobre el cambio cultural de los Otomíes en México. **Forum Qualitative Sozialforschung**, Berlin, v. 6, n. 2, Art. 16 Mayo 2005
- BADINTER, E. **Um é o outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BADINTER, E. Xy: la identidad masculina. **Cuenta y razón**, Madri, n. 75, p. 132-142, 1993.
- BERTALANFFY, L. V. **General system theory: foundations, development, applications**. New York: Braziller, 1968.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 233-239, dez. 2000.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Pesquisando e intervindo com famílias de camadas diversificadas. In: C. R. ALTHOFF, I. Elsen; NITSCHKE, R. G. (Orgs.), **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa-livro, 2004. p. 91-106.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BRANDÃO, T. O.; GERMANO, I. M. P. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. **Psicol. Soc**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 5-15, 2009.
- BROCKEIMER, J., HARRÉ, R. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 2003.
- BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- \_\_\_\_\_. Life as narrative. In: DYSON, A. H.; GENISHI, C. (Ed.). **The need for story: cultural diversity in classroom and community**. Urbana: NCTE, p. 28-37, 1994.
- BRUNER, Jerome. Life as narrative. **Social research, Londres**, p. 11-32, 1987.
- COULOURIS, D. G. **Violência, gênero e impunidade: A construção da verdade nos casos de estupro**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

CANO, M. A. **A percepção dos pais sobre sua relação com os filhos adolescentes: reflexos da ausência de perspectivas e as solicitações de ajuda**, 1997.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C. M. O. **A família como modelo: Desconstruindo a patologia**. Campinas, SP: Livro Pleno, 2000.

\_\_\_\_\_. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CHAVES, Ulisses Herrera. **Família e parentalidade: família e... narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social**, 2006. p. 47-62.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.15-42.

DAMATTA, R.; BENEVIDES, M. V.; FISCHER, R. M. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DINIZ, G. R. S; ARGELIM, F.P. Violência Doméstica: por que é tão difícil lidar com ela? **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2003.

ELKAIM, M. **Terapia familiar em transformação**. São Paulo: Summus, 2000.

ENGELS, F. **El origen de la familia, de la propiedad privada e del estado**. Buenos Aires: Claridad. (Original publicado em 1884), 1964.

ETAYO, Elizabeth Gómez. **Nem anjos nem demônios: homens comuns: narrativas sobre masculinidades e violência de gênero**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2011.

FERNANDES, A. R. **O poder nas relações conjugais: uma investigação fenomenológica sobre as relações de poder no casamento**. São Paulo: Anna Blume, 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro.: Ed. Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIRA, S. **Uma nova família?** . Rio de janeiro: Zahar, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Saber y verdad**. Madrid: La Piqueta, 1991.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 2004.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2004.

FUENTES, J. M. D., LEIVA, P. G. ; CASADO, I. C. Violencia contra las mujeres en el ámbito doméstico: consecuencias sobre la salud psicosocial. **Anales de Psicología**, Murcia, v. 24, n. 1, p. 115-120, 2008.

GERMANO, I. M. P. Experiência de si e a produção de sentido na perspectiva da psicologia narrativa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE TEXTO E CULTURA. 1. 2008. Fortaleza. **Palestra...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

GERMANO, Idilva M. P.; BESSA, Letícia Leite. Pesquisas narrativo-dialógicas no contexto de conflito com a lei: considerações sobre uma entrevista com jovem autora de infração. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, p. 995-1033, 2010.

GERMANO, I. M. P. e VALENTIM, F. J. R. Resenha: Fazendo pesquisa narrativa. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 24, n. 1, p. 240-243, 2012.

GERMANO, I.; CASTRO, C. A. Pesquisa em Saúde: perspectivas narrativistas, métodos e níveis de análise. **Psicologia Argumento**, São Paulo, v. 28, n. 60, p. 17- 29, 2010.

GERGEN, K. J. **An invitation to social construction**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2009.

GERGEN, K. J. & GERGEN, M. M. Narrative from and the construction of psychological science. In: SARBIN (Ed.). **Narrative psychology: the storied nature of conduct**. New York: Praeger 1986. p. 3-21.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Boookman; Artmed. 2009.

GOFFMAN, I. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai-ago. 2006.

GRANDESSO, M. A. **Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

\_\_\_\_\_. Família e narrativas: histórias, histórias e mais histórias. In: CERVENY, C. M. O. (Org.). **Família e** . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GUIDANO, V. **The self in process**. New York: The Guilford Press, 1991.

GUIMARAES, A. B. P.; HOCHGRAF, P. B.; BRASILIANO, S.; INGBERMAN, Y. K. Aspectos familiares de meninas adolescentes dependentes de álcool e drogas. **Rev. psiquiatr. Clín.**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 69-74, 2009.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

IZUMINO, W. P. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução de conflitos de gênero**. 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In MACHADO, R. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

MENEGHEL, S. N; FARINA, O. **Histórias de resistência de mulheres**. Projeto de pesquisa aprovado na Unisinos. Unisinos, São Leopoldo, 2003.

MILLET, K. **Sexual politics**. New York: Doubleday & Company, 1970.

MINUCHIN, S. **Famílias funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes médicas, 1982.

MURRAY, M. Narrative psychology. In J. A. Smith, (Ed.). **Qualitative psychology: a practical guide to research methods**. Los Angeles, CA: Sage, 2008. p. 111-132.

NARVAZ, M. **Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005

NARVAZ, M , KOLLER, S. H. A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, 2006.

NARVAZ, M & KOLLER,S.H. Famílias, violências e gêneros: desvelando a trama da transmissão transgeracional da violência de gênero. In. STREY, M.; AZAMBUJ; JAAEGER, F.P (Orgs.). **Violência, Gênero e políticas públicas**, Porto Alegre: Edipucrs, 2004. v. 2, p. 179-176. Coleção Gênero e Contemporaneidade.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PASINATO, W. Estudo de Caso sobre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços de Cuiabá-Mato Grosso. **Cadernos Observe**, n. 2, 2010.

PELLEGRINI, T. B.; MENEGHEL, S. N. **Um olhar ao homemagressor brasileiro: estudos sobre a construção da masculinidade e a violência intrafamiliar**. Violência e Políticas Públicas. 2009

POLKINGHORNE, D. P. **Narrative psychology**. New York: Suny Press, 1988.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicol. estud.**, Maringá, v.12, n.2, p. 247-256, 2007.

RABELLO, P. ; CALDAS JUNIOR, A. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 6, p. 970-978, 2007.

RICOEUR, P. **O tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1995.

RIBEIRO, M. A.; BAREICHA, I. C. **Investigando a transgeracionalidade da violência intrafamiliar: transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa a intervenção**. São

Paulo: Summus, 2008.

RIESSMAN, C.K. Narrative Analysis. **Qualitative Research Methods Series**, Newbury Park, CA: Sage, 1993. n. 30.

SANI, A. I. Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar, **Análise Social, Lisboa**, v. 61, n.180, p. 849-864, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **Não se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.

\_\_\_\_\_. **Violência de gênero no Brasil: Conceitos versus dados**. 48ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo, 1996

\_\_\_\_\_. Violência conjugal. In: 48ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAGIM, Mírian Botelho. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SARBIN, T. R. (Org.). Narrative psychology: the storied nature of conduct. New York: Praeger, 1986. SARBIN, T. R. (Org.). **Narrative psychology: the storied nature of conduct**. New York: Praeger, 1986.

SARTI, C.A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, mai/ago, 2004, Disponível em: <[www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/14112009-055626sarti.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/14112009-055626sarti.pdf)>. Acesso 15 out. 2015.

SAWAIA, B. B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In S.T. M. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 157-168.

SETTON, M. Z. **De mãe para filha: um estudo sobre a transmissão intergeracional dos significados atribuídos pelas mulheres judias à sexualidade feminina**. São Paulo, SP. 2008. 137p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Psicologia Clínica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, 2008.

SIMINONATO-TOZO, S. M. P. ; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, SP, v. 8, n. 14/15, 137-150, 1998.

SOUSA, F; OLIVEIRA, E. Mulheres vítimas de violência doméstica: sofrimento, adoecimento e sobrevivência. **SANARE, Revista de Políticas Públicas**, Sobral, Ceará, v. 3, n. 2, p. 113-119, out./dez. 2002.

SOUZA, C. L.; CARVALHO, M. **Padrões transgeracionais repetitivos que incidem nas relações familiares**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em

Especialização em Terapia Sistêmica de Casal e Família) - Programa de Especialização em Terapia Sistêmica de Casal e Família: Centro de Estudo da Família e Casal. Salvador, 2010.

SOUZA, T. Y. ; BRANCO, A. U.; OLIVEIRA, M. C. S. Lopes de. Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 20, p. 357-376, 2008.

SPINK, M. J. P.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 93- 122.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 707-717, 2003.

SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2005

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 71-99, 1995.

STREY, M. N. Será o século XXI o século das mulheres? In: STREY, M.N., MATTOS, F., Fensterseifer, G. & Werba, G.C. (Eds.) **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2000.p. 9-18.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira Osterne. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EDUECE: 2008.

OSTERNE, M. S. F. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, p. 1-20, 2011.

OSTERNE, M. S. F. ; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 19, Janeiro/Junho, 2012.

VILLEGAS, M. La construcción narrativa de la experiencia en psicoterapia. **Revista de psicoterapia**, Barcelona, v. 6, n. 22-23, 1995.

WAILSELFISZ, J. **Mapa da violência 2012: atualização Homicídio de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2012.

WALKER, L **The battered Waman**. Ed New York and How, 1979.

XAVIER, E. **Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

## ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezada(o) participante, Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa Quem bate na mulher machuca a família inteira: Violência de gênero a partir de narrativas de família, vinculada ao Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e desenvolvida por Larissa Silva Barros, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Idilva Maria Pires Germano.

#### **1. Natureza da pesquisa**

Esta pesquisa tem por finalidade investigar a forma como membros de famílias no contexto de violência de gênero contam sua história e significam a violência vivenciada. Para isso, será explorado como os membros da família em situação de violência compreendem gênero e família e a sua relação com a violência.

#### **2. Participantes da pesquisa**

Participarão da pesquisa membros de uma família que passou ou passa por uma situação de violência de gênero, na qual o autor de violência passou pelo serviço prestados pelo Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher – NUAH

#### **3. Envolvimento na pesquisa**

Ao participar deste estudo, você deve permitir que a pesquisadora o entreviste individualmente. Na ocasião das entrevistas, a pesquisadora pedirá para você contar a sua história de vida. Em seguida serão realizadas perguntas como “Conte-me como é a sua família. Como ocorre (ocorria) a violência em sua casa? Sua história parece com a de seus pais e avós?” Essas e outras questões visam à geração de dados específicos sobre o fenômeno da violência de gênero no espaço doméstico. Posteriormente será feita uma entrevista coletiva com os demais membro da sua família seguindo o mesmo modelo da individual. Não há perguntas certas nem erradas, você deverá responder do modo mais franco possível. As entrevistas possuem duração incerta, no entanto, não devem se estender por mais de uma hora, salvo interesse do participante em continuar seu discurso.

Você tem a liberdade de recusar a participar e pode ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a pesquisadora através do telefone (85) 99921528

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Para maiores informações sobre essas questões, o(a) senhor(a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC pelo telefone (85) 33668344 ou no endereço Rua: Coronel Nunes de Melo, 1127, Rodolfo Teófilo – Fortaleza.

#### **4. Riscos e desconfortos**

A participação nesta pesquisa não traz complicações, nem desconforto e não oferece risco à sua integridade física, psíquica ou moral. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

### **5. Confidencialidade**

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Suas respostas serão gravadas para facilitar a análise das respostas, porém sua identidade não aparecerá em nenhum documento. Em vez do seu nome, aparecerá um código nos relatórios desta pesquisa. Apenas a pesquisadora e sua orientadora terão conhecimento dos dados. Se você der a sua autorização por escrito, assinando a permissão para utilização das transcrições das gravações, os dados serão utilizados exclusivamente para fins de ensino e durante encontros e debates científicos.

### **6. Benefícios**

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que esta pesquisa nos forneça informações importantes sobre o fenômeno da violência de gênero, como também a importância da narrativa autobiográfica para a elaboração de sentido e significado da experiência.

### **7. Pagamento**

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa e nada será pago por sua participação. Entretanto, os relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo estarão disponíveis após a defesa da dissertação e uma apresentação oral dos resultados poderá ser agendada conforme interesse dos participantes.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

(Nome do participante)

---

Larissa Silva Barros  
(Pesquisadora responsável)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Idilva Maria Pires Germano  
(Orientadora da pesquisa)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL DA INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ  
REALIZADA A PESQUISA

Eu, **Maria do Socorro Fagundes**, coordenadora do Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher – NUAH, conheço o protocolo de pesquisa intitulado Quem bate na mulher machuca a família inteira: Violência de gênero a partir de narrativas de família, desenvolvido por Larissa Silva Barros, conheço os seus objetivos e a metodologia, estando ciente que o pesquisador não irá interferir no fluxo normal desta instituição.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2015.

Assinatura manuscrita em azul da coordenadora, sobre uma linha horizontal preta.

Maria do Socorro Fagundes

(coordenadora)